



Sindicato dos  
**JORNALISTAS**  
PROFISSIONAIS NO  
ESTADO DE SÃO PAULO

# UNIDADE

**FENAJ**  
FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS

**CUT**  
CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES

AGO-OUT/23 | Nº 420 | ÓRGÃO OFICIAL DO SINDICATO DOS JORNALISTAS PROFISSIONAIS NO ESTADO DE SÃO PAULO | WWW.SJSP.ORG.BR

**NESTA EDIÇÃO: AS RESOLUÇÕES E A CARTA DE SÃO PAULO, DO 16º CONGRESSO ESTADUAL DAS E DOS JORNALISTAS DE SP**

**SAMIRA DE CASTRO, PRESIDENTA DA FENAJ**

# “DIPLOMA É ESSENCIAL PARA QUALIFICAR O JORNALISTA”

**FENAJ E SINDICATOS FILIADOS RETOMAM A MOBILIZAÇÃO  
PELA APROVAÇÃO DA PEC DO DIPLOMA.  
ENTIDADES VOLTAM A BRASÍLIA PARA CONVENCER PARLAMENTARES**

## **COJIRA**

**Manual de redação  
antirracista é  
lançado pela  
Alma Preta**

## **FOTOJORNALISMO**

**Nabor Jr homenageia  
fotógrafo e cineasta  
Ari Cândido  
Fernandes**

## **DESTAQUE**

**Segue campanha  
mundial pela  
liberdade de  
Julian Assange**

## **COLUNA DO JUCA**

**A crise da  
octogenária Jovem  
Pan e o flerte com  
as notícias falsas**

## EDITORIAL

UM PÉ DENTRO,  
UM PÉ FORA

**Q**uerida leitora, querido leitor: o mês de outubro chegou, o calor (com ares apocalípticos) voltou, é hora de fazer as compras no supermercado, encontrar as primeiras caixas de panetone à venda e tomar aquele susto habitual. O ano de 2023 está chegando aos seus finalmentes!

Para nós, que topamos encarar a missão de dedicar um período de nossas vidas representando a categoria na diretoria do Sindicato, há também a sensação de que o ano passou rápido demais. Mas não há muita chance para recostar-se na cadeira e ficar perdido em pensamentos com a “Retrospectiva 2023”. Afinal, o calendário sindical tem suas particularidades temporais que exigem um contínuo ciclo de mobilização.

Março é o mês de enviar a pauta de Jornais e Revistas. Junho, de iniciar a negociação com os patrões daquele segmento. Em outubro, é necessário enviar as reivindicações de Rádio e TV. Com a chegada de dezembro, encaramos a luta com as emissoras do estado. Nesse meio tempo, lidamos com demandas diversas, organizamos atividades e atos, fechamos acordos coletivos e negociações com dezenas de empresas e, semanalmente, realizamos uma reunião de diretoria para discutir as questões e avaliar como podemos avançar para a organização das e dos jornalistas de São Paulo. O calendário tem suas previsibilidades, mas cada dia conta com as suas surpresas. De tédio, sem dúvida, não padecemos!

O tempo exíguo para realizar grandes balanços e avaliações, entretanto, não impede de compartilhar uma sensação geral bastante evidente. O Brasil de 2023 nos permitiu resgatar a esperança de viver com democracia, respeito e solidariedade, após quatro anos de sacrifícios e de resistência diária diante do avanço da violência, do obscurantismo e do autoritarismo. Não se trata aqui de pintar um quadro idílico ou afirmar que todos os problemas da classe trabalhadora brasileira estão devidamente encaminhados e prontos para serem resolvidos. A explícita chantagem e coerção gestadas no Poder Legislativo e a abundância de governos estaduais e prefeituras comprometidas com uma agenda de destruição de direitos e do patrimônio público (a começar pelo estado de São Paulo, sob gestão de um bolsonarista de primeira hora) são provas concretas que há muito trabalho pela frente e muitas dificuldades e contradições a serem superadas.

Mas também é evidente que se abrem novas possibilidades quando a civilidade e o respeito voltam a patamares de normalidade. Desde o início do ano, mantivemos contato com representantes do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) para discutir questões como a emissão do registro de jornalistas e a regulamentação de nossa profissão (que não é atualizada desde 1979!). Em setembro, também tivemos uma reunião na Superintendência Regional do MTE para denunciar a intran-

sigência patronal do Sindicato das Empresas Proprietárias de Jornais e Revistas no Estado de São Paulo (SindJori), que se recusa a negociar Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) há mais de um ano. Nessas conversas, o governo federal demonstrou preocupação com a situação da categoria e se colocou à disposição para interceder por negociações, embora necessite se reconstruir após anos de desmonte.

Com a mudança de conjuntura, a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) reabriu a luta para que a Câmara dos Deputados aprove a PEC do Diploma: aprovada no Senado em 2012, o projeto determina o retorno do diploma de Jornalismo para o exercício profissional e está pronto para votação dos deputados desde 2015. Para entender melhor a questão, dedicamos a capa deste *Unidade* para uma conversa com a presidenta da Fenaj, Samira de Castro. Mais do que lutar por uma “reserva de mercado” ou realizar uma distinção entre diplomados e não-diplomados, a luta encabeçada por nossa federação sindical é uma maneira de valorizar a categoria, que há anos sofre com demissões, precarização, baixos salários e as tentativas de descredibilizar o trabalho da imprensa a partir da desinformação.

Para completar esse breve informe dos Poderes da República, no mês de setembro estivemos no Salão Branco do Supremo Tribunal Federal (STF) em audiência com equipe do ministro Alexandre de Moraes para requerer que o ex-presidente Jair Bolsonaro seja investigado no inquérito das milícias digitais, a partir dos sistemáticos ataques realizados contra jornalistas. Bolsonaro foi condenado judicialmente por danos morais coletivos à categoria, após uma ação movida por nosso Sindicato.

A mudança de governo, os convites aos palácios, às reuniões em ministérios e aos gabinetes parlamentares, entretanto, não podem mudar a maneira como lutamos para organizar e representar a nossa categoria, nem nos deixar desmemoriados a respeito de um dos fundamentos mais importantes do movimento sindical que realmente está disposto a lutar: a sua independência perante partidos, governos e o Estado. É por isso que é vital manter o “pé para fora” da institucionalidade, mesmo sabendo que o “pé para dentro” é importante em alguns momentos para a defesa das reivindicações da categoria.

É essa independência sindical, entretanto, que permite que possamos lutar livremente para fortalecer a comunicação pública brasileira. Neste ano, apesar de saudar as preocupações do governo federal em frear o desmonte da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), continuamos lutando por salários, direitos e concursos públicos, denunciando problemas e exigindo a valorização das e dos jornalistas.

As nuvens carregadas e o ar irrespirável de uma política de destruição e de morte começam a sumir do horizonte neste 2023. Mas para que elas não retornem, devemos manter nossas bandeiras erguidas, sem medo de mobilizar e reivindicar as mudanças necessárias para a dignidade de nossa categoria e toda a classe trabalhadora. Colocar abaixo as contrarreformas, formular políticas que deem conta das mudanças econômicas, sociais e culturais de nossa época, estruturar um futuro ambientalmente justo e viável. Eis as tarefas para os próximos anos. Da nossa parte, continuaremos na obstinada missão de dar protagonismo, voz e organização às e aos jornalistas paulistas. A luta continua!

*Direção do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo*



## UNIDADE

ÓRGÃO OFICIAL DO SINDICATO  
DOS JORNALISTAS PROFISSIONAIS NO  
ESTADO DE SÃO PAULO

## EXPEDIENTE

**Diretor responsável** Eduardo Viné Bolt **Jornalista** Juliana Almeida **Edição de arte** Fábio Bosquê **Revisão** Cláudio Soares **Capa** Cadu Bazilevski (foto)

## CONSELHO EDITORIAL

Cinthia Gomes, Décio Trujillo, Fábio Bosquê, Laerte Coutinho, José Hamilton Ribeiro, Juca Kfourri, Larissa Gould, Laurindo Lalo Leal Filho, Márcia Regina Quintanilha, Maria Inês Nassif, Mônica Zarattini, Pedro Zavitovski Malavolta e Rodrigo Vianna.

**Artigos assinados não refletem necessariamente a opinião do jornal ou do SJSP.**

Rua Rego Freitas, 530 - Sobreloja. CEP 01220-010. São Paulo - SP Tel: (11) 3217-6299

## DIRETORIA EXECUTIVA

**Presidente** Thiago Tanji **Secretária-geral** Candida Vieira **Finanças e Administração** Cláudio Soares **Interior** Solange Santana **Comunicação e Cultura** Eduardo Viné Bolt **Relações Sindicais e Sociais** José Eduardo de Souza **Sindicalização** Lillian Parise **Jurídica e de Assistência** Larissa Gould **Formação Sindical e Profissional** Cristina Charão

## DIRETORES DE AÇÃO SINDICAL

Alan Rodrigues, Paulo Zocchi, Rafael Benaque, Sérgio Kalili, Cláudia Tavares, Evany Sessa, Pedro Pomar, Ana Maria Minadeo, Joanne Mota, Laura Capriglione, Michele Barros, Solange Melendez

## COMISSÃO DE REGISTRO E FISCALIZAÇÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL (CORFEP)

Cadu Bazilevski, Roberto Parizotti e Sérgio Pais

## REGIONAIS

**ABCD** Rossana Lana (diretora regional), Ana Valim, Peter Suzano, Vilma Amaro  
**Bauru** Camila Fernandes (diretora regional), André Freire, Ricardo Santana, Sérgio Borges, Tânia Brandão  
**Campinas** Marcos Alves (diretor regional), Márcia Quintanilha, Reginaldo Cruz, Valério Paiva  
**Piracicaba** Patrícia Sant'Ana (diretora regional), Adriana Ferezim, Gustavo Annunziato, Martim Vieira, Paulo Roberto Botão  
**Ribeirão Preto** Sérgio Sampaio (diretor regional), Fernando Braga, João Moreira, Raphael Cruz Pena  
**Santos** Sandro Thadeu (diretor regional), Carlos Norberto Souza, Daniela Origuella, Ernandes Caires de Sousa, Gustavo Miranda, Suely Torres  
**Sorocaba** Pedro Courbassier (diretor regional), Adriane Mendes, Carolyn Fernandes  
**Vale do Paraíba, Litoral Norte e Mantiqueira** Rita Dell Aquila (diretora regional), Edvaldo Almeida

## CONSELHO FISCAL

Fábio Soares, José Augusto Camargo, Norian Segatto, Pedro Malavolta, Alexandre Linares

## COMISSÃO DE ÉTICA

Eliane Gonçalves, Fábio Venturini, Franklin Valverde, Joel Scala e Rodrigo Ratier

**Contato:** comissaodeetica@sjsp.org.br

sjsp.org.br

unidade@sjsp.org.br

/JornalistasSP

/SindicatoJornalistasSP

@JornalistasSP

## DESTAQUE

# AUSTRÁLIA, ENFIM, RESPALDARÁ ASSANGE?

Fundador da plataforma WikiLeaks continua preso no Reino Unido, ameaçado de extradição para os EUA, país que lhe faz 17 acusações de “espionagem”

por Pedro Pomar

**P**ermanece difícil a situação do jornalista australiano Julian Assange, fundador da plataforma WikiLeaks. No início de outubro, quando fechamos este artigo, Assange continuava encarcerado na prisão de Belmarsh, no Reino Unido, à espera de uma possível extradição para os Estados Unidos, país que lhe faz 17 acusações de “espionagem”, as quais, somadas, podem render até 175 anos de prisão.

A razão para as acusações norte-americanas a Assange: ele revelou ao mundo, por meio do WikiLeaks, os crimes de guerra praticados pelos EUA no Afeganistão e no Iraque, além de uma série de atos de espionagem dos EUA contra outros países, inclusive o Brasil.

Apesar do cenário adverso (ou talvez por causa dele), a campanha mundial em defesa da libertação de Assange prossegue, incorporando inúmeros ativistas em diferentes países e figuras públicas capazes de conquistar espaços na mídia – entre as quais destaca-se o presidente Lula, que continua a fazer declarações destemidas em favor do jornalista encarcerado. “É fundamental preservar a liberdade de imprensa. Um jornalista como Julian Assange não pode ser punido por informar a sociedade de maneira transparente e legítima”, proclamou Lula, ao discursar na tribuna da ONU em 19 de setembro.

A novidade, como já apontado em edições anteriores do *Unidade*, é que a Austrália parece jogar um papel cada vez mais relevante nos esforços pela libertação de Assange. Assim, no dia 20 de setembro, chegou a Washington uma delegação de parlamentares australianos pertencentes aos mais diversos partidos do espectro político, com a finalidade de

pressionar a administração de Joe Biden a suspender o processo contra Assange. Eles integram um grupo de 63 membros do Parlamento australiano que, recentemente, divulgou um manifesto pela libertação de Assange. “Não há dúvida de que, se Julian Assange for transferido do Reino Unido para os EUA, haverá um protesto forte e prolongado na Austrália”, advertem.

## Impacto da delegação parlamentar

A visita a Washington repercutiu na mídia norte-americana, em emissoras de TV como ABC News e Democracy Now!. “Conversamos com o senador verde australiano Peter Whish-Wilson, que cofundou o Grupo Parlamentar Traga Julian Assange para Casa, sobre o crescente movimento australiano para libertar Assange e as suas implicações para as relações EUA-Austrália”, relatou o site da Democracy Now!, para em seguida acrescentar: “Whish-Wilson adverte que a extradição de Assange para os EUA para ser julgado por acusações de espionagem é ‘algo que se esperaria de um regime totalitário’ e estabeleceria um precedente perigoso para a liberdade de imprensa em todo o mundo”.

A pesquisadora Emma Shortis, do grupo independente Australia Institute, considera que a viagem da delegação parlamentar aos EUA é um fato nada trivial, que aponta para uma fratura no apoio à aliança geopolítica e militar entre Austrália, Reino Unido e EUA (“Aukus”). “A aliança Austrália-EUA há muito que permanece incontestada. A delegação para libertar Julian Assange altera isso”, diz artigo de Emma publicado no *The Guardian* (19/9). A seu ver, até mesmo o Partido Trabalhista Australiano do primeiro-ministro Anthony Albanese embarcou na Aukus, “celebrada como a

escolha necessária e racional num mundo cada vez mais ameaçador”.

No entender de Emma, é a “combinação fatal de adulação e insegurança [na conduta da Austrália] que até agora tem impedido qualquer progresso real para Assange”, e é por esse motivo que a delegação parlamentar aos EUA é tão importante: “Não por seu impacto potencial no pensamento americano, que é mínimo,

na melhor das hipóteses, mas por seu impacto no público interno australiano”.

Na Câmara dos Comuns do Reino Unido, registrou-se um irônico questionamento do parlamentar escocês Kenny MacAskill: “Não é hora de liberar espaço nas prisões, removendo Julian Assange da instalação de segurança máxima de Belmarsh, onde ele definha desde abril de 2019, culpado de uma pequena violação de fiança, quando sua verdadeira ‘ofensa’ é expor crimes de guerra?”.

Outra iniciativa digna de nota é a de John Shipton, pai de Assange. Ele tem viajado por diferentes países, entre os quais o Brasil, para defender a libertação do fundador do WikiLeaks, tendo agora como instrumento de campanha o documentário *Ithaka: a luta de Assange*, do qual é um dos principais protagonistas.

No dia 28 de agosto, Shipton compareceu ao lançamento de *Ithaka* no cine Belas Artes, na capital paulista, e participou de um rápido debate após a exibição do filme. De modo a expressar solidariedade a Shipton e integral apoio à libertação de Assange, o Sindicato dos Jornalistas de São Paulo se fez presente na ocasião, por meio de seu presidente, Thiago Tanji, e dos diretores Pedro Pomar, Norian Segatto e Pedro Malavolta.

Além disso, Assange continua a receber destacadas visitas na prisão. No dia 23 de setembro, estiveram com ele a sua esposa, Stella, o músico Roger Waters e o economista Yannis Varoufakis, ex-ministro da Grécia. No dia 29, foi a vez do parlamentar trabalhista Jeremy Corbyn, ex-líder da oposição na Câmara dos Comuns (2015-2020), e do sindicalista irlandês Len McCluskey.

“Julian Assange está na prisão por expor a verdade sobre crimes de guerra. Foi uma honra visitá-lo na prisão de Belmarsh com Len McCluskey”, disse Corbyn no X (ex-Twitter). ●



© ALISDARE HICKSON/ FREE ASSANGE/FLICKR

“Jornalismo não é um crime”: apoiadores da libertação de Julian Assange realizam seu protesto semanal, em 16 de setembro, no Piccadilly Circus, Londres, portando cartazes e distribuindo panfletos à população.

**CAMPANHA MUNDIAL  
PELA LIBERTAÇÃO DO  
JORNALISTA PROSSEGUE,  
INCORPORANDO ATIVISTAS  
E FIGURAS PÚBLICAS,  
COM DESTAQUE PARA  
O PRESIDENTE LULA,  
QUE FEZ DECLARAÇÕES  
DESTEMIDAS EM SEU FAVOR**

## CAPA



DIVULGAÇÃO / FENAJ

Integrantes da Fenaj e dos sindicatos de jornalistas reuniram-se com deputados em abril, para enfatizar a necessidade de votação da PEC

# PEC DO DIPLOMA SIM

Fenaj retoma luta pela obrigatoriedade do diploma de jornalismo – a PEC 206/2012, aprovada pelo Senado Federal, aguarda desde 2015 condições favoráveis para ser votada pela Câmara dos Deputados

por Eduardo Viné Boldt

Em março de 2023, após longo tempo, que incluiu o período de isolamento durante a pandemia, a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) decidiu em plenária que um dos pontos principais da luta da entidade seria reorganizar as atividades pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) do Diploma – que restabelece a obrigatoriedade de formação universitária em jornalismo para o exercício de nossa profissão.

O trabalho envolve o conjunto das 31 entidades sindicais filiadas à Federação, além de contar com o apoio da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), da Associação Brasileira de Ensino de Jornalismo (Abej) e da Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor).

A pauta não é nova. Tampouco diz respeito apenas aos interesses da categoria. Como o tempo provou, a queda do

diploma enfraqueceu não só o jornalista, mas o jornalismo, abrindo caminho para a disseminação de conteúdos duvidosos, atingindo indiretamente a função social da comunicação.

O jornal *Unidade*, em sua edição nº 322 (setembro/outubro de 2009), já noticiava a criação de uma frente parlamentar com o objetivo de defender o diploma de jornalismo, com vasta participação de parlamentares. Nos primeiros meses após a queda da obrigatoriedade, o jornal estampava em sua capa que ao menos 203 deputados e 12 senadores haviam se posicionado como base de apoio aos projetos de emenda que se propunham a corrigir a decisão polêmica do Supremo Tribunal Federal (STF).

Com propostas que tramitavam tanto na Câmara dos Deputados quanto no Senado, ambas as casas aprovaram emendas em suas respectivas comissões de Consti-

tuição e Justiça e Cidadania ainda no ano de 2009. As emendas foram apensadas e formaram a PEC 33/2009, aprovada no Senado em primeiro turno por 65 a 7, em novembro de 2011, e em segundo turno em 7 de agosto de 2012. O projeto que acrescenta novo artigo à Constituição (220-A) teve 60 votos a favor e 4 contrários. A PEC ganhou o número 206/2012 e seguiu para apreciação dos deputados.

Na Câmara, PEC chegou a ser colocada em pauta dezenas de vezes, sem nunca ser votada. A situação política do período não favoreceu. Desde 2015, apesar de ter sido exaustivamente discutida em comissões parlamentares, a proposta repousa, esperando para ser apreciada.

## “Ocupa Brasília”

Buscando romper com essa inércia, a Fenaj se propôs a agir. Em abril, durante dois dias, a Federação e 16 de seus sindicatos filiados estiveram na capital federal promovendo o “Ocupa Brasília”, com o objetivo de mobilizar os parlamentares para a necessidade da pauta e aprovação da PEC do Diploma. Os representantes participaram de reuniões do colégio de líderes e vice-líderes e puderam expor a necessidade de urgência na aprovação.

No dia 16 de junho, a Federação mobilizou com as demais entidades o Dia Nacional de Luta pelo Diploma, que chamou a categoria a vestir azul e a postar nas redes sociais mensagens de apoio à campanha. A data foi escolhida pois marca a véspera de aniversário da decisão do STF que derrubou a obrigatoriedade do diploma de ensino superior para o acesso à profissão. Foram enviadas ainda cartas aos 513 deputados, explicando a importância da pauta e pedindo o apoio para a causa.

A entidade planeja também, junto com os demais sindicatos, nova incursão. Entre 24 e 26 de outubro acontece o segundo

“Ocupa Brasília”. O objetivo é, mais uma vez, dialogar com os parlamentares sobre a PEC e poder elencar os apoiadores da causa. As entidades participarão também de audiência da Comissão de Comunicação da Câmara no dia 26, com o tema “A importância da formação superior para o exercício do jornalismo”. A iniciativa foi do deputado federal Amaro Neto (Republicanos/ES).

## Imbróglia jurídica se estende há anos

Se a tramitação da PEC do diploma em si é confusa, e demanda atenção para ser compreendida, a decisão que derrubou o diploma acrescenta um grau de complexidade à história.

Os ataques ao diploma de jornalismo tiveram início nos anos 2000. A primeira liminar que suspendia a obrigatoriedade data de outubro de 2001. Em 18 de dezembro de 2002, a juíza Carla Abrantkoski Rister, da 16ª Vara da Justiça Federal em São Paulo, deu o golpe inicial contra a formação do jornalista profissional no país.

Atendendo a uma ação civil pública movida pelo Ministério Público Federal (MPF) junto com o Sindicato das Empresas de Rádio e Televisão no Estado de São Paulo (Sertesp), a juíza utilizou em sua sentença argumentos que ficaram amplamente conhecidos nos anos que se seguiram. De acordo com a magistrada, a obrigatoriedade do diploma estaria em desacordo com os princípios da Constituição de 1988. Foi nessa sentença que apareceram também menções ao suposto ataque à liberdade de expressão, argumento que, distorcido, foi fundamental para embasar a decisão final do Supremo Tribunal Federal (STF).

O imbróglia jurídica se estendeu por anos. Em outubro de 2005, a 4ª Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, em decisão colegiada, entendeu ser necessário o diploma para o exercício do jornalismo, derrubando a decisão anterior. O MPF rapidamente entrou com recurso no STF. No ano seguinte, em novembro, o Supremo concedeu liminar garantindo o exercício da atividade jornalística aos profissionais que já atuavam como jornalistas e não possuíam graduação ou registro no Ministério do Trabalho.

Em 2009, no plenário do STF, se consolidou essa posição. Por 8 votos a 1, os ministros atenderam a um recurso protocolado pelo Sertesp e pelo MPF que pedia a extinção da obrigatoriedade do diploma. Os ministros Cármen Lúcia, Ricardo Lewandowski, Eros Grau, Carlos Ayres Britto, Cezar Peluso, Ellen Gracie e Celso de Mello seguiram o voto do relator Gilmar Mendes. O ministro Marco Aurélio Mello foi o único a divergir. Os ministros Joaquim Barbosa e Carlos Alberto Menezes Direito não estavam presentes. ●

**A QUEDA DO DIPLOMA ENFRAQUECEU O JORNALISMO, ABRINDO CAMINHO PARA A DISSEMINAÇÃO DE CONTEÚDOS DUVIDOSOS, ATINGINDO INDIRETAMENTE A FUNÇÃO SOCIAL DA COMUNICAÇÃO**

## ENTREVISTA


**Samira de Castro**

# A EMERGÊNCIA DO DIPLOMA


 por Eduardo Viné Boldt  
 Juliana Almeida

**E**m 2023, a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) retomou a luta pela obrigatoriedade do diploma como acesso à profissão de jornalista. Em parceria com seus sindicatos filiados, a Fenaj tem feito um trabalho de convencimento e de busca de voto no corpo a corpo, com visitas ao Congresso Nacional, em Brasília, e conversas com deputados, para explicar o conteúdo da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que restabelece o diploma de jornalista como condição para exercer a atividade no país. As conversas não distinguem partidos e correntes políticas. No entendimento da federação e dos sindicatos, a proposta interessa aos mais diferentes grupos políticos e setores da sociedade. A campanha conta com o apoio da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), da Associação Brasileira de Ensino de Jornalismo (Abej) e da Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor).

Passados mais de 20 anos da falta de obrigatoriedade do diploma, e quase 15 anos após a decisão do STF que retirou a graduação como necessária para o acesso à profissão, pode-se dizer que já se tem um acúmulo importante da experiência da atividade jornalística sem a formação profissional, e conhecimento profundo dos problemas gerados a partir de então.

Fica cada vez mais evidente a necessidade de formação acadêmica e profissional para o jornalista. A presidenta da Fenaj, Samira de Castro, debate na entrevista a seguir aspectos importantes da campanha nacional pela PEC do Diploma, promovida pela Federação e entidades associadas.

CADU BAZILEVSKI



## ENTREVISTA

**Já faz 20 anos que debatemos a necessidade do diploma para o exercício da atividade profissional de jornalistas. Você pode resgatar um pouco dessa história?**

**Samira de Castro:** A gente teve as primeiras decisões contra o diploma em São Paulo, em 2001, e algumas decisões aconteceram em 2003, até chegar à decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal em 2009. Qual foi o argumento do [relator] Gilmar Mendes? O diploma exigido na regulamentação profissional de 1979, que é a mais atual, é um critério que estava na Lei de Imprensa (Lei 5.250/67) e, segundo Gilmar, essa lei não deveria ser recepcionada pela Constituição Federal de 1988. Então, o ministro Gilmar Mendes derrubou a Lei de Imprensa inteira e, assim, derrubou o diploma como critério de acesso à nossa profissão. Agora, qual o objetivo das empresas? O que elas queriam? Queriam, de certa forma, ter o controle sobre o ethos profissional, sobre quem é o jornalista brasileiro. E aí, eu vou resgatar que a *Folha de S. Paulo* tinha um programa de trainees que absorvia pessoas com outras formações superiores: engenheiros, arquitetos, médicos, advogados, que passavam por um cursinho da *Folha* e o jornal os contratava. Até aquele momento como colaboradores, como articulistas. A partir da queda do diploma, as empresas pensaram: “Agora vamos poder contratar quem a gente quiser, basta ter qualquer formação superior”. Acontece que no Brasil tudo meio que sai às avessas, e as pessoas gostam muito de utilizar os exemplos de outros países. “Ah, porque nos Estados Unidos você não precisa ser formado em jornalismo, basta ter uma pós-graduação”. A janela foi escancarada de uma forma que a pessoa, hoje, para ser jornalista no Brasil, basta nascer! Basta nascer, conseguir acessar o site do Ministério do Trabalho e Emprego e tirar o registro profissional, e ela pode se dizer jornalista. Sem nunca ter exercido a profissão, efetivamente, nem pela prática de quando não existiam os cursos nas universidades. Sem dominar o código da leitura e da escrita, porque a gente já sabe que existem empresas que vendem a facilidade do registro profissional e, portanto, sem nenhum compromisso com o papel social que essa profissão exige.

**Quais são, em sua opinião, os efeitos colaterais da não obrigatoriedade do diploma?**

**SC:** Eu costumo dizer que, se o ministro Gilmar Mendes tivesse a dimensão do que aconteceria a partir da decisão dele, passados dez anos ou mais, com os aplicativos de mensageria, as redes sociais digitais, talvez se lá atrás ele tivesse essa visão do futuro, não teria tomado a decisão. Porque o próprio Supremo Tribunal Federal é hoje uma das insti-

**Samira de Castro e a comitiva com representantes das entidades sindicais de jornalistas estiveram em abril conversando com parlamentares**



DIVULGAÇÃO / FENAJ

“

**É HORA DE RESGATAR O DIPLOMA COMO CRITÉRIO DE ACESSO, PORQUE OS JORNALISTAS TÊM UM COMPROMISSO ÉTICO, ACIMA DE TUDO, E GARANTIAS CONSTITUCIONAIS PARA O EXERCÍCIO DA PROFISSÃO**

tuições vítimas da descredibilização das entidades, das instituições, assim como são os sindicatos, assim como é o próprio jornalismo, e isso tem muito a ver com a decisão de abolir o diploma como critério de acesso à profissão. Porque a tecnologia evoluiu, permitindo “baratear” um pouco o custo da produção do jornalismo, mas ao mesmo tempo você não tem nenhum critério para quem atua nesta área, você faz com que qualquer pessoa diga que faz jornalismo, sem fazer, sem produzir notícias, com todos os critérios que exigem a nossa responsabilidade profissional e ética.

Esse é um fardo que a gente carrega, e temos como principais opositores para se aprovar uma medida dentro do Congresso as empresas de comunicação. O que é contraditório, porque elas também foram impactadas. Se você observar, hoje as pessoas se informam majoritariamente pelas redes sociais. As redes sociais digitais passaram a ser o canal principal de distribuição do jornalismo. Em algum momento, o canal de distribuição era a banca de revista, do jornal impresso, ou era simplesmente a grade de programação das emissoras abertas e das rádios. Hoje em dia não, as pessoas postam o link de uma notícia, num aplicativo de mensageria, ou numa rede social, outras pessoas comentam sobre aquilo, outras criam seus sites e seus blogs ou seus perfis em redes sociais e emitem meramente sua opinião sobre tudo, e dizem que estão fazendo jornalismo. Essa falta de critério prejudica a sociedade, porque a gente tem de considerar que o jornalismo é a forma mais imediata de conhecimento da realidade.

Se eu vi um fato, que aconteceu na minha frente, como repórter eu vou reportar aquilo para sociedade, ouvindo diversas fontes, levando em questão a veracidade factual. Hoje em dia não. Essas pessoas

que estão no campo do jornalismo, além de emitirem a própria opinião, sem ser uma opinião embasada, com conhecimento teórico, técnico, sem ouvir fontes, estão prescindindo também da verdade factual. É aí que vem a questão da desinformação e da fake news.

A gente convive hoje com uma profusão de informações nas redes sociais que não ilumina. Pelo contrário, há um excesso de informações vindas de todos os lados, muitas vezes baseadas em mentiras, reproduzidas à exaustão, e as pessoas passam a acreditar. Daí [vêm] as teorias conspiratórias, e isso chama muito a nossa atenção. É hora de resgatar esse critério de acesso, porque nós temos um compromisso ético, acima de tudo, e temos garantias constitucionais profissionais, como por exemplo o direito de sigilo da fonte.

Imagine se uma pessoa sem formação, mas que tem registro profissional de jornalista, lança um site ou um blog e diz uma inverdade, uma calúnia, uma injúria ou difamação, e atribui a outro ter dito aquilo. Como é que vai ser responsabilizada? Ela vai poder resguardar o sigilo da fonte? São perguntas que se fazem e que mostram que a nossa luta é cada vez mais atual. Nós retomamos essa luta sabendo que existe uma série de estudantes que já entraram nas faculdades sem a exigência do diploma [para o exercício do jornalismo] e que precisam saber por que é importante se qualificar para exercer a profissão e defender o diploma, e para lutar contra um critério que foi muito prejudicial ao mercado de trabalho. Porque as empresas passaram a precarizar a nossa profissão sob o seguinte argumento: “Você não quer essa vaga? Eu posso abrir um banco de currículos ali na minha gaveta porque tenho centenas, milhares de pessoas querendo essa vaga. Não importa se elas têm formação

Samira de Castro

“

**A PEC PASSOU PELO SENADO EM 2012 E FOI APROVADA POR 60 VOTOS A 4 DOS SENADORES QUE ESTAVAM NA SESSÃO. NA CÂMARA HOVE UM DESCOMPASSO. CHEGAMOS A ESTAR COM TRÊS PRESIDENTES DIFERENTES, E ESTEVE PAUTADA EM MAIS DE 90 SESSÕES, MAS NUNCA FOI A VOTO**

na área ou não”.

Isso também se reflete no nosso mercado de trabalho e na qualidade da informação a que a população tem acesso. É um fato para nós da Federação muito relacionado. A gente sofre hoje, enquanto sociedade, restrição ao nosso direito de acesso à informação por conta dessa desqualificação no mercado.

**Você falou sobre os estudantes que entraram nas universidades sem que haja a obrigatoriedade do diploma para ser jornalista. Como tem sido a conversa com eles para falar sobre a volta do diploma e a entrada nesse mercado de trabalho já tão precarizado?**

**SC:** Não existe uma situação uniforme no Brasil. Por exemplo, acho que em São Paulo a gente tem hoje em dia mais registros profissionais para não diplomados do que para diplomados. E não só pela queda do diploma, mas pelo fato de que nossos próprios colegas quando se formam sequer têm informação de que é necessário tirar o registro profissional. A gente tem colegas contratados em diversas áreas, principalmente em assessoria de imprensa, um dos mercados mais emergentes, que emprega um terço da nossa categoria, que emprega um terço da nossa categoria, segundo a pesquisa *Perfil do Jornalista Brasileiro*. E a gente tem esses estudantes que compreendem o valor da formação de nível superior, mas desconheciam a luta pelo diploma, simplesmente desconheciam, porque nasceram, cresceram e foram fazer faculdade bem depois de 2009, e se acostumaram a dizer: “Ah, eu tô querendo essa formação porque é para mim, é um investimento meu”. Às vezes é um sonho de família ou é um sonho pessoal. Eu quero, mas o mercado não está nem aí para isso. E tem situações em outros estados que não, que o mercado ainda pede o diploma, quer contratar profissionais diplomados, exige até outras qualificações na área acadêmica que outras situações, outros mercados não exigem.

O que a gente tem percebido é que os jovens têm acordado para a importância do diploma, então o tema é sempre bem recepcionado. Eu estou há um ano na presidência da Fenaj, e várias semanas de jornalismo que nós percorremos de norte a sul do país sempre tocam na questão do diploma, sempre concordando com a demanda, sempre concordando com essa necessidade.

Com os comunicadores populares a gente tem um pouco de ruído na comunicação, por causa da tese defendida no Supremo, que é a tese do cerceamento da liberdade de expressão. Inclusive com algumas bancadas de esquerda, que acham que defender o diploma é cercear o direito à liberdade de expressão de comunicadores populares.

Mas veja bem: a comunicação popular, feita nas comunidades, nos territórios,

pelos rádios comunitárias ou por outros veículos comunitários, não necessariamente é feita por pessoas diplomadas, e não precisa ser. Nem o diploma vem pra cercear o trabalho dessas pessoas. A gente defende um critério de acesso para uma atividade profissional que seja exercida de forma habitual e remunerada. Por exemplo, eu também posso ter o colaborador, que é aquela pessoa de notório saber. Eu vou citar um muito famoso: Drauzio Varella. O quadro do médico Drauzio Varella, no *Fantástico*, tem uma produção jornalística por trás. Tem profissionais jornalistas que fazem aquela produção. Mas ele continuará tendo o quadro dele no *Fantástico*. Colunistas, articulistas continuarão emitindo a sua opinião, que é importante, que normalmente é opinião embasada, nos veículos impressos, nos sites, nos portais. E as comunicadoras e os comunicadores populares continuarão produzindo trabalho de extrema relevância dentro dos seus territórios. Então, esse é um mito que a gente precisa desfazer. Uma falácia que a gente precisa desmontar.

**Ainda com relação às falácias, e especificamente à PEC, há dúvidas relacionadas às pessoas que retiraram os seus registros ao longo desse tempo: a PEC não anula esses registros?**

**SC:** Não. Uma vez aprovada a PEC, se for neste ano, se for em 2024, enfim, na data em que for aprovada e promulgada, não retroage no tempo para “cassar” os registros de quem tirou de 2009 até a data da aprovação. Não existe isso. A lei brasileira não permite, porque ali é uma janela de um direito adquirido. Então, essas pessoas continuarão exercendo, se é que exercem, o jornalismo, mas continuarão tendo o direito a ter o seu registro profissional. A PEC não interfere em nada com essas emissões. Ela, passando a valer, o diploma volta a valer como um critério doravante, um critério para a frente.

**Quais são as principais dificuldades que vocês estão percebendo na retomada da campanha pela PEC do Diploma?**

**SC:** É preciso que a gente lembre que desde o patrocínio da primeira ação, em São Paulo, a Fenaj faz esse trabalho junto ao Judiciário para tentar reverter a situação. Não conseguimos. Logo em seguida nós já tínhamos encaminhado as propostas de emenda constitucional. Tem de ser uma emenda e não pode ser uma nova carga ao Supremo Tribunal Federal. Por quê? Porque ficaria fragilizada, a depender da composição do Supremo, se teria diploma ou não teria diploma, a depender do tempo, do perfil dos ministros e tal. Então, mais seguro é que seja uma emenda constitucional, aprovada por um quórum qualificado, que são no mínimo 308 votos na Câmara dos Deputados.

A PEC já passou pelo Senado em 2012 e foi aprovada por 60 votos a 4 dos senadores que estavam na sessão. Foi uma grande maioria. E na Câmara nós tivemos um descompasso. Chegamos a estar com três presidentes da Câmara dos Deputados, o último deles foi o Eduardo Cunha, que era favorável à PEC do Diploma por uma questão absolutamente pessoal, que era a sua esposa jornalista, que inclusive havia processado a Rede Globo porque era PJ e ganhou uma ação milionária contra a Globo. Só que Eduardo Cunha, todo mundo conhece a história, estava fazendo um balcão de negócios na Câmara dos Deputados para aprovar o impeachment da presidenta Dilma. Nesse tempo, a PEC do Diploma chegou a entrar em pauta na Câmara mais de 90 vezes, e nunca era votada. Nós estivemos com ele, que disse o seguinte: “Procurem os deputados e contem as garrafinhas de vocês”. Foi esse o termo que usou: “contar garrafas”, contar votos. “Eu só coloco uma matéria para votação se tiver certeza de que ela vai ser aprovada. Então, se vocês não me trouxerem um acordo de líderes, com a garantia de que os principais partidos são a favor e vão colocar as suas bancadas para ter presença e votar essa PEC, eu não coloco”. E assim o fez. E depois disso nós entramos nas crises, na questão do impeachment, na própria eleição do presidente Jair Bolsonaro, que foi um período terrível para os jornalistas brasileiros, em que a gente se preocupou, e aí eu faço uma ressalva ao trabalho excepcional de todos os sindicatos, principalmente o Sindicato de São Paulo, em manter vivos os nossos trabalhadores. Porque nós tivemos um governo fascista, cujo modus operandi era agredir jornalistas, descredibilizar a imprensa, e tivemos uma pandemia, em que as empresas tinham zero preocupação com a saúde dos trabalhadores.

Então, naquele momento, do golpe para cá, houve resistência, tentativa de manter direitos e manter as pessoas vivas. Porque não adiantava a gente defender empregos se tinha jornalista morrendo com covid. Foi isso que nos impediu de avançar de uma forma mais célere dentro do Congresso Nacional. Além disso, vou repetir, um forte lobby das empresas de comunicação, as empresas jornalísticas. Elas estão no Congresso Nacional diariamente. A Associação Nacional de Jornais (ANJ) e a outra entidade patronal das empresas de radiodifusão estão diariamente promovendo lobby no Congresso. O nosso desafio enquanto classe trabalhadora, sindicatos organizados, é incidir junto aos parlamentares nas nossas bases, é pedir também voto por voto, porque a gente não pode estar em Brasília todos os dias, e tentar conquistá-los com o argumento da necessidade do diploma para a qualidade do jornalismo.

## ENTREVISTA

Samira de Castro

DIVULGAÇÃO / FENAJ



**A Fenaj e os sindicatos promoveram o “Ocupa Brasília”, em que puderam explicar a PEC 206/2012 e conseguir apoios para os jornalistas**

**Em abril, a Fenaj e representantes dos sindicatos estiveram em Brasília para conversar com os parlamentares. Eu queria que você falasse sobre essa delegação e sobre a campanha. Como está sendo essa nossa nova empreitada?**

**SC:** A gente primeiro tomou uma decisão política e elencou oito pautas prioritárias para a categoria, numa perspectiva de retomada de direitos. Assim como as demais categorias de trabalhadores, nós passamos os últimos seis anos sendo atacados no que nos é mais fundamental, que é o direito de negociação coletiva, o direito de organização. E a nossa categoria já vinha com esse déficit que é o do diploma. Então tomamos uma decisão política de a Fenaj e os seus 31 sindicatos filiados priorizarem a luta pelo diploma. A partir disso nós passamos a organizar um cronograma de visitas a Brasília, e a gente chamou a primeira atividade de massa de “Ocupa Brasília”. Foi importante porque as pessoas, ao verem aqueles jornalistas todos com a camisa da PEC do Diploma, com plaquinhas, de certa forma o Congresso nacional se agita. A gente desperta o interesse dos parlamentares. “Quem são essas pessoas? O que elas estão fazendo aqui? A PEC do Diploma?”. E a gente tinha uma resistência dos nossos próprios dirigentes sindicais: “Não, esse é um Congresso tão ruim, e ainda foram eleitos muitos parlamentares reacionários, parlamentar de direita, de extrema direita”. Só que a nossa pauta não é necessariamente ideológica, não é de esquerda, não é de direita. É uma pauta em defesa da qualidade do acesso à informação, do direito de acesso à informação. Então, por incrível que pareça, nós fomos bem recebidos nos gabinetes de agrobóio, deputado do agronegócio, apesar de todas as ressalvas que nós fazemos ao agronegócio. Nós estamos com uma pauta específica, que é o critério

de acesso à profissão. E esse critério inclusive envolve você criticar o próprio agronegócio, na essência da liberdade de imprensa.

Talvez a gente só não tenha tido muita ressonância nos parlamentares da extrema direita, que se elegeram com base em desinformação e discursos de ódio, e são poucos. Especificamente, se a gente contar, talvez 10, 20 parlamentares têm esse perfil mais radicalizado, mas ainda assim nós tivemos exemplares clássicos do bolsonarismo que são a favor do diploma, que fizeram questão de tirar fotos conosco. Nós chegamos a ter 20 dirigentes sindicais, representando 16 estados, em Brasília. Percorremos centenas de gabinetes, comissões, estivemos com os líderes dos partidos na reunião de líderes que acontece toda terça-feira de manhã, fizemos uma exposição de motivos, pedimos o compromisso das bancadas. Agora, o que falta é a gente voltar para os líderes, perguntar qual é a posição dos partidos oficialmente e partir para a contagem, voto a voto, bancada por bancada de estado.

Tem sindicato que fechou suas bancadas. Bancadas menores, como Tocantins, Roraima, estão com 100% de votos a favor da PEC do Diploma. Claro que há bancadas imensas, como São Paulo, Minas, Rio de Janeiro e Bahia. São bancadas enormes e são parlamentares que a gente sabe que não ficam na capital, estão distribuídos, se elegem por votos do interior, e é neles que a gente precisa chegar. Colocar o tema da PEC do Diploma de volta à agenda dos parlamentares, nos comentários dos parlamentares, foi um passo muito importante para a gente. O início dessa caminhada, que a gente espera que seja curta, mas também temos a dimensão e a perspectiva de que o Congresso Nacional tem a sua própria dinâmica.

**Como a categoria tem reagido à campanha da PEC do Diploma?**

**SC:** Eu achei a reação da categoria fantástica. As pessoas se identificaram com uma causa. “Sou jornalista e queria que o meu diploma valesse para alguma coisa”. A gente tem sentido muito isso, quando fazemos mobilizações com dia de luta. Já fizemos dois, e mobilizações pelas redes sociais, em que a gente pede que vistam azul e tirem foto, marquem a Fenaj, marquem os seus parlamentares. São nesses dias que a principal rede social da Fenaj, o nosso Instagram, fica congestionado, e a própria rede passa a bloquear os nossos compartilhamentos, achando que são perfis inautênticos que estão compartilhando. A gente sofre aquela censura do próprio Instagram, porque é muito grande o volume de compartilhamentos de marcações. E temos sentido o apoio dos colegas quando passamos nas redações.

Eu estive no Rio recentemente, nas universidades e nas redações, Globo, e o pessoal disse: “Tô acompanhando a luta da Fenaj pelo diploma, tô acompanhando a luta da Fenaj pela remuneração do conteúdo jornalístico”. Então, a gente sente que os colegas acreditam que essa é uma pauta importante para a categoria. São de várias gerações, desde colegas mais antigos, muitos dos quais nunca tiveram diploma, porque nem era exigido na época em que iniciaram no jornalismo, até os mais jovens, recém-formados.

**E a possibilidade de uma discussão da PEC do Diploma dentro da Comissão de Educação? Porque é do interesse não só dos jornalistas, mas também das universidades e de outras instituições de ensino, ter a volta do diploma.**

**SC:** Quando eu estive em São Paulo no 16º Congresso Estadual dos Jornalistas, a gente teve a presença da deputada Luciene Cavalcante (Psol-SP) que se comprometeu

com a nossa pauta, no sentido de levá-la também para a Comissão de Educação da Câmara dos Deputados. Nós podemos ter essa audiência, que eu acho que vai ficar mais para o mês de outubro, sobre a importância do diploma e da profissionalização, e também uma audiência na Comissão de Comunicação da Câmara, que é presidida por um jornalista, o deputado Amaro Neto (Republicanos), do Espírito Santo. Ele colocou muito claramente: “Olha, gente, não só o nosso mandato, mas a nossa comissão tem muito interesse em defender o diploma, em debater a questão do ensino superior”. Porque, como você falou, é uma pauta que interessa às universidades, sim. O presidente da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior, Celso Niskier, é abertamente a favor do diploma.

Vai ser um reforço que a gente tem para continuar essa luta e fazer um debate qualificado, um debate desmistificando essa questão de que ter diploma é cercear a liberdade de expressão, como se o direito à liberdade de expressão, que é um direito muito mais amplo, que eu tenho e você tem, de manifestarmos nossa opinião livremente, só pudesse ser exercido se você fosse jornalista. Ao mesmo tempo, a gente sabe que, dentro das empresas de jornalismo, o que os jornalistas menos têm direito de expressar é a sua opinião pura e simples. A gente vai levar esse debate à Câmara, mas esperamos também um compromisso maior do próprio governo de apoiar essa pauta, de fazer pelo menos o debate com as lideranças de esquerda, da frente que tem o Partido dos Trabalhadores (PT), o Partido Socialismo e Liberdade (Psol), o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e outros partidos. A gente precisa ter um diálogo maior com eles, precisamos ter um diálogo maior com a liderança do Psol, que ainda não tivemos. Temos o apoio de vários parlamentares do partido, mas não temos ainda um diálogo, uma posição oficial por exemplo do presidente do partido. A gente precisa fazer com que esse campo da esquerda compreenda que o diploma não vai atrapalhar nem cercear, como eu já falei, comunicadores e comunicadoras populares. E é esse o desafio, o de fazer com que essa pauta ganhe o Congresso Nacional e a gente consiga ter a ambiência política para colocar a PEC do Diploma em votação. ●

**Para a entrevista completa, acesse:**  
 ● <https://youtu.be/1cve-gnSaxI?si=Fi6WQToNm8JLW75>

## 16º CONGRESSO ESTADUAL DAS E DOS JORNALISTAS DE SP



© CADU BAZILEVSKI

O Congresso teve início em um ato político com a presença de autoridades, sindicalistas e jornalistas no Auditório Vladimir Herzog

# O CONGRESSO E OS RUMOS DA CATEGORIA

Após seis anos, Sindicato volta a realizar encontro estadual em meio a novos desafios impostos às e aos jornalistas

**O** SJSP realizou nos dias 4, 5 e 6 de agosto o seu 16º Congresso Estadual dos e das Jornalistas. O evento reuniu 51 delegados(as) eleitos(as) em reuniões presenciais e virtuais realizadas durante os meses de junho e julho.

Foram 8 reuniões temáticas e 21 reuniões nos locais de trabalho. Por meio do contato com a categoria, foi possível levantar demandas e definir atividades a serem realizadas durante o Congresso e, principalmente, nortear as ações sindicais futuras para melhor organizar a nossa luta.

O evento aconteceu seis anos após o último encontro, realizado em agosto de 2017. A pandemia e as emergências enfrentadas pela categoria impediram que o Sindicato pudesse se dedicar a realizar o congresso na data originalmente programada, em 2020.

Com o tema “Jornalistas e o futuro: trabalho, saúde mental e organização sindical nas novas plataformas de comunicação”, o Congresso teve início em um ato político na sexta-feira com a presença da categoria, além de representantes sindicais e de autoridades políticas.

Participaram da cerimônia de abertura Thiago Tanji, presidente do SJSP, Samira Castro, presidenta da Fenaj, João Brant, da Secretaria de Políticas Digitais da Secom, Douglas Izzo, presidente da CUT-SP, Orlando Silva, deputado federal por São Paulo (PCdoB), Luciene Cavalcante, deputada federal por São Paulo (Psol) além dos e das jornalistas Alberto Gaspar, Patrícia Zaidan e Bianca Santana. Os participantes falaram sobre os desafios da categoria na atualidade em um cenário de precarização do trabalho e do agravamento das doenças mentais para jornalistas.

No sábado, os delegados discutiram o texto-guia e realizaram reuniões em grupos de trabalho, com o objetivo de discutir os problemas do dia a dia dos e das jornalistas. A síntese e as propostas de ação estão expressas nos documentos finais do Congresso, que você pode ter em mãos nesta edição do *Unidade*.

Outro aspecto importante do evento foi a discussão do estatuto da entidade, que guarda em si a importância de preservar as instâncias democráticas do Sindicato. Desde 1977, quando a diretoria do SJSP chamou os(as) jornalistas para uma reforma estatutária após 20 anos sem discussão sobre o documento, o SJSP abre espaço para a categoria opinar, alterar e definir seus rumos por meio da atualização do estatuto, sua principal instância reguladora. O objetivo da entidade é assegurar que os e as jornalistas possam ser parte do sindicato e ajudem a definir os caminhos que a entidade e a categoria devam tomar.

## CARTA DE SÃO PAULO

**A** derrota eleitoral de Jair Bolsonaro e a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva, em outubro de 2022, abrem um novo horizonte para a classe trabalhadora brasileira. Graças à força do povo, impedimos a continuidade do obscurantismo e do autoritarismo no governo federal e demos início a um processo de reconstrução de políticas públicas e afirmação dos valores democráticos.

Em pouco mais de um semestre de novo governo, medidas como a valorização do salário-mínimo, a retomada de projetos públicos de combate à fome e à miséria, a paralisação da privatização de empresas públicas, entre outras ações, devem ser reconhecidas como passos importantes na tarefa de atender às reais necessidades do povo trabalhador brasileiro.

Mas a derrota eleitoral de Jair Bolsonaro não significou o fim do bolsonarismo, dos retrocessos que promoveu e muito menos das políticas de orientação neofascista e neoliberal, que aplicam a violência como método para submeter a classe trabalhadora à tirania do capital nacional e internacional.

A tentativa de golpe de Estado em 8 de janeiro e o massacre promovido pela Polícia Militar do nosso Estado contra a população pobre, preta e periférica da Baixada Santista e litoral norte há poucos dias são exemplos chocantes da ameaça permanente representada por aqueles que odeiam os valores democráticos e, sobretudo, que odeiam o povo brasileiro.

Sabemos bem o que significou a violência promovida contra a nossa categoria e temos o dever de impedir que isso se repita. A partir de nosso Sindicato, devemos nos somar às lutas para que os golpistas sejam devidamente punidos e que a democracia seja verdadeiramente colocada como valor central para o nosso povo — devemos, portanto, discutir de maneira clara a desmilitarização das polícias, da educação e da política. Mas a violência a que fomos submetidas e submetidos no último período tem relação direta com a ordem econômica. As políticas neoliberais que exaltam o individualismo e atacam os valores coletivos devem ser frontalmente combatidas.

Reunidas e reunidos nos dias 4, 5 e 6 de agosto de 2023, no Auditório Vladimir Herzog, na cidade de São Paulo, para debater “Trabalho, Saúde Mental e Organização Sindical nas Novas Plataformas de Comunicação”, jornalistas paulistas reafirmam a disposição em manter nossas bandeiras erguidas e renovar as energias para que possamos dar conta das muitas tarefas que temos pela frente. A luta segue, afinal!

A classe trabalhadora organizada em sindicatos, centrais sindicais, partidos políticos e movimentos sociais deve lutar para colocar abaixo as políticas antipovo, em especial, as reformas Trabalhista e da Previdência Social – promovidas após o golpe de 2016, e, portanto, marcadas com a ilegitimidade. E, mais do que isso, apresentar uma alternativa concreta para que a vontade do povo brasileiro, e não do capital financeiro, conduza a política econômica de nosso país. O que inclui dar centralidade à construção de uma política socioambiental transversal para o país que preserve os biomas brasileiros para as futuras gerações, combatendo as mudanças climáticas.

No nosso caso, jornalistas paulistas, todos esses enfrentamentos também se dão nos locais de trabalho. Devemos pressionar empresas pela garantia de equiparação de salários entre gêneros para cargos equivalentes e impulsionar a organização política da categoria, em especial de pessoas LGBTQIAPN+,

## 16º CONGRESSO ESTADUAL DAS E DOS JORNALISTAS DE SP

pretas, pretos e indígenas. Reafirmamos nossa luta coletiva diante dos patrões e das grandes empresas de comunicação, cujos donos integram a classe dominante brasileira e que têm como único projeto para o país o aumento da exploração de seu povo. A categoria deve estar unida, portanto, por salários, direitos e dignidade! Neste sentido, denunciaremos os constantes ataques das empresas contra nosso direito à organização sindical por meio da não liberação de dirigentes sindicais e das demissões de dirigentes do SJSP, mais recentemente dos companheiros Sandro Thadeu, pelo Grupo Tribuna, e Sérgio Pais, pela TV TEM.

Devemos também enfrentar as grandes plataformas digitais, sediadas majoritariamente nos Estados Unidos, e que se apropriam do trabalho jornalístico sem nenhuma contrapartida. É necessário reafirmar o projeto de Taxação de Grandes Plataformas apresentado pela Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) e reforçar que os avanços tecnológicos devem ser favoráveis à classe trabalhadora, e não servir para ampliar a sua exploração.

É tarefa deste Sindicato assumir papel decisivo diante das contradições que se apresentam pela crise estrutural das empresas de comunicação, agravada pelo avanço das plataformas. Devem ser duramente combatidas as demissões e a precarização do trabalho, bem como o assédio moral e sexual nas redações. Estamos cansados de ver nossas e nossos colegas adoecerem ou perderem seus empregos. As e os jornalistas precisam ser acolhidos para que os temas relacionados à saúde mental tenham destaque nas relações de trabalho, mantendo-se presentes nas convenções e acordos coletivos firmados com as empresas e demais empregadores. Ambientes de trabalho nocivos adoecem as pessoas.

Reafirmamos o papel essencial do jornalismo para construir uma sociedade democrática e plural, e jornalismo se faz com jornalistas profissionais, trabalhando em ambientes decentes e com relações de trabalho dignas. Defendemos a exigência do diploma para o exercício da profissão como condição primeira para valorizar a produção de informação.

Nossa categoria deve tomar como tarefa central a democratização da comunicação como medida necessária para a livre circulação de informações. E isso passa pela reafirmação do papel dos serviços públicos de comunicação. No plano federal, devemos resgatar a EBC e valorizar suas trabalhadoras e trabalhadores, reconstruir o Conselho Curador e promover concursos públicos em jornalismo.

Em São Paulo, nossa luta contra o bolsonarista Tarcísio de Freitas passa pela denúncia de destruição do serviço público (o que inclui a reforma administrativa, a terceirização de serviços públicos e os planos de privatização de empresas, como a Sabesp, a CPTM e o Metrô) e pela resistência contra o desmonte da Rádio e TV Cultura. Devemos somar forças para que as e os jornalistas da Fundação Padre Anchieta sejam valorizadas e valorizados, com reajustes salariais, Acordo Coletivo, e a contratação formal dos atuais PJs e eventuais. Defendemos a manutenção do trabalho jornalístico no *Diário Oficial do Estado*, negada pela Prodesp, para que essa publicação possa cumprir plenamente a sua importante função social.

São muitas as tarefas que temos adiante, de interesse de toda a nossa categoria. Para implementá-las, precisamos de um Sindicato forte. As delegadas e delegados reunidos neste 16º Congresso Estadual dos Jornalistas de São Paulo convidamos todas e todos os colegas a se sindicalizarem, engrossando esse movimento coletivo de defesa. Todas e todos juntos, levaremos adiante as resoluções adotadas nesses dias de intenso debate, mas de convivência fraterna e companheira, com um objetivo em comum: construir a democracia em que a classe trabalhadora seja protagonista da História.

São Paulo, 6 de agosto de 2023



© EDUARDO VINÉ BOLDT

Votação no Congresso, que reuniu cerca de 50 delegados(as), eleitos(as) em redações e em reuniões temáticas abertas

## RESOLUÇÃO GERAL

Jornalistas e o futuro: trabalho, saúde mental e organização sindical nas novas plataformas de comunicação

**R**epresentantes de sua categoria, as delegadas e delegados ao 16º Congresso Estadual das e dos Jornalistas de São Paulo aprovam este documento e se comprometem a dar continuidade à construção coletiva deste plano de ação:

**1** Apesar de estar acostumada a reportar grandes acontecimentos históricos, a nossa categoria não é uma simples observadora do desenvolvimento material e produtivo que possibilitou as inovações tecnológicas dos últimos anos. Afinal, a massificação do uso de dispositivos cada vez mais integrados e conectados, a diversidade dos serviços em rede com suas novas linguagens e recursos, além das novas relações sociais e interações culturais nascidas a partir das redes sociais, têm relação direta com uma das mais significativas e impactantes transformações nas relações de trabalho que jornalistas do Brasil e do restante do mundo já vivenciaram.

**2** Constituindo-se como um oligopólio global da comunicação, os conglomerados internacionais de tecnologia (Google, Facebook, Amazon, Microsoft e Apple) não são apenas os donos das plataformas em que o conteúdo produzido digitalmente é consumido, mas também se apossam das verbas publicitárias que

sustentavam os negócios das empresas de comunicação e se apropriam diariamente do conteúdo jornalístico produzido por nossa categoria (e sem nenhum tipo de remuneração direta sobre isso). Mais do que apenas plataformas de comunicação na internet, por meio dos algoritmos, esses conglomerados impulsionam desinformação e conteúdos de extrema direita, que estimulam o racismo, a misoginia, LGBTfobia e o ódio contra os movimentos sociais e sindicais, deturpando a livre circulação de ideias e prejudicando o ambiente democrático na sociedade.

**3** A consequência deste cenário, com a diminuição da circulação de veículos impressos e a queda na audiência das emissoras de rádio e televisão, é a crise estrutural de um setor que emprega significativa parcela da categoria em todo o estado de São Paulo. E quem paga a conta dessa situação não são os donos dessas empresas: construídas nos tempos de bonança, suas fortunas permanecem intactas. São as trabalhadoras e os trabalhadores os mais afetados por essa crise, com o avanço das demissões, o aumento da exploração (tanto pelo acúmulo de funções quanto pelo aumento da carga de trabalho), a precarização das condições para desenvolver o trabalho jornalístico, o rebaixamento dos salários, a falta de perspectiva de construir

## 16° CONGRESSO ESTADUAL DAS E DOS JORNALISTAS DE SP

uma carreira e o adoecimento físico e mental. Em consequência, é seriamente prejudicada por essas medidas a própria atividade jornalística, atingindo-se assim o direito social à informação. Um eixo de atividades permanente da categoria, nessa situação, é uma campanha em duas frentes que se vinculam: a) defesa do jornalismo e do direito à informação; b) valorização da carreira profissional de jornalistas: salários dignos, possibilidade de ascensão profissional e condições de trabalho adequadas.

**4** Diante da destruição de empregos, dos seguidos cortes e das demissões em massa (que atingem de maneira mais marcada aqueles profissionais com décadas de experiência), uma parcela de jornalistas é lançada ao trabalho autônomo, oferecendo serviços de freelancer. Cresce também o número de profissionais que sofrem a precarização explícita e a fraude trabalhista, sendo contratados como “Pessoa Jurídica” (PJ) por empregadores que exploram o seu trabalho, mas sem nenhum tipo de direito estabelecido pela CLT. Também é preciso lutar pelo livre acesso à Justiça pelos trabalhadores. De acordo com o atual entendimento do STF, não é possível mover uma ação para contestar a negociação salarial, por exemplo. E isso enfraquece muito o poder de negociação dos trabalhadores e dificulta a atuação do sindicato.

**5** Soma-se a tudo isso a pulverização da categoria. Locais de trabalho que concentravam centenas de jornalistas, as redações vêm reduzindo o seu tamanho, seja pelas demissões ou pela aplicação de novos modelos de trabalho (como o home office). Por outro lado, o trabalho jornalístico também passa a ser requisitado em novas plataformas e formatos, com a contratação de jornalistas em empresas que produzem podcasts, vídeos, conteúdos para redes sociais e demais serviços online.

**6** Apesar de tantas mudanças, algumas constatações seguem inalteradas. A primeira é de que o trabalho jornalístico profissional permanece fundamental para a construção de uma sociedade justa e democrática, na contramão do capitalismo (principalmente na sua versão mais selvagem: a neoliberal) cada vez mais excludente e antidemocrático, concentrador de renda, poder e riqueza. Exemplos concretos disso se deram nas coberturas jornalísticas da pandemia e das eleições de 2022: mesmo realizando nosso trabalho sob ataques e ameaças neofacistas de Jair Bolsonaro e seu séquito de apoiadores, foi nossa categoria que garantiu a circulação de informações essenciais à sociedade – com amplo reconhecimento da população, que, sobretudo na pandemia, buscou intensamente a informação

### MESMO SOB ATAQUES DE JAIR BOLSONARO E SEUS APOIADORES, NOSSA CATEGORIA GARANTIU A CIRCULAÇÃO DE INFORMAÇÕES ESSENCIAIS, COM AMPLO RECONHECIMENTO DA POPULAÇÃO

jornalística. Já a segunda constatação é de que a existência de um sindicato para organizar as e os jornalistas segue fundamental. Ou melhor, torna-se mais importante do que nunca para agrupar a categoria, enfrentar a desregulamentação e a precarização do trabalho, discutir coletivamente as questões que afetam a nossa profissão e encontrar soluções conjuntas para resistir e avançar na luta por salários, direitos e dignidade.

**7** É necessário reforçar a atuação do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo (SJSP) entre as e os jornalistas que trabalham em locais onde tradicionalmente já contamos com representação e organização sindical. Destacamos que o aprofundamento de nossos laços com a categoria foi fundamental para a construção de uma histórica paralisação durante a Campanha Salarial 2021 de Jornais e Revistas da Capital e das mobilizações que culminaram em uma resistência à intransigência patronal na Campanha Salarial 2022 de Rádio e Televisão. Precisamos ampliar a nossa luta por direitos, mas também resistir às tentativas das empresas de acabar com as conquistas das e dos jornalistas – como no caso da Convenção Coletiva de Jornais e Revistas do Interior.

**8** O SJSP construirá uma campanha permanente em defesa do piso salarial unificado para as e os jornalistas assalariados de todos os segmentos. Para favorecer a mobilização e o avanço dos resultados dessa campanha, incluirá em todas as pautas de negociações salariais propostas às convenções coletivas, de todos os segmentos, a data-base em 1º de junho e o piso unificado ao da capital. Buscará também a unificação dos valores das cláusulas econômicas (como VA/VR) sem diferenciação entre capital e

interior ou veículo no qual o jornalista atue, com respeito à jornada de trabalho específica dos jornalistas. O SJSP apontará à Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) a necessidade de retomada da luta pelo piso unificado nacionalmente, com respeito à jornada de trabalho específica dos jornalistas. Com esse fim, proporá à Fenaj a organização de um Dia Nacional de Luta.

**9** Como ferramenta de organização da categoria, o SJSP deve ser construído de maneira permanente por todas e todos os jornalistas, independentemente do veículo ou meio para o qual vendam a sua força de trabalho. Neste sentido, nossa entidade deve intensificar seus esforços para realizar a representação sindical de profissionais que estão trabalhando em sites, serviços digitais e demais plataformas de conteúdo jornalístico, construindo vínculos com esses jornalistas e possibilitando a conquista de Acordos Coletivos de Trabalho (ACTs) e uma Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) firmada com empresas nascidas no meio virtual.

**10** O trabalho também deve ser desenvolvido nos demais locais de trabalho que reúnem jornalistas, como as assessorias de imprensa, reconquistando ACTs e uma CCT para o segmento. Há necessidade de uma campanha permanente, coordenada pela Fenaj e com participação dos demais sindicatos de jornalistas, no sentido de que o trabalho de assessoria de imprensa deva ser exercido por jornalistas profissionais. Em nosso 15º Congresso Estadual (2017) aprovamos a seguinte formulação: “O tema precisa dar conta também de debater a realidade das assessorias além do segmento privado, como as assessorias sindicais, do setor público e do terceiro setor. Já existe a nomenclatura do ‘assessor de imprensa’ no Código Brasileiro de Ocupações (CBO) formulado pelo MTE (Ministério do Trabalho e Emprego) sob o número 2611-10 e é usado também para as empresas. Esta numeração identifica atividades atribuídas aos jornalistas, como diretor de redação, editor, repórter, revisor, produtor de texto e jornalista.”

**11** O SJSP defende os direitos trabalhistas dos e das jornalistas em todos os locais de trabalho, entre os quais as entidades do movimento sindical. Não podemos admitir a precarização e a fraude nas relações de trabalho, como a contratação de jornalistas como PJ, ou através da terceirização imposta por meio da contratação de agências ou empresas de assessoria. Nesse sentido, é uma preocupação permanente discutir com a CUT e demais entidades sindicais a necessária contratação de jornalistas pelo regime CLT, como todos nós defendemos para o conjunto das categorias.

**12** Com relação às e aos jornalistas que atuam no serviço público, reafirmamos as posições defendidas pelo SJSP há anos: a) profissional que exerça função jornalística deve ser contratado(a) como tal – e não como “analista de comunicação” ou denominação similar – e deve haver a exigência do registro profissional; b) deve ser respeitada a jornada especial de 5 horas diárias, garantida na legislação nacional que regulamenta a profissão; c) o Sindicato tem como tarefa empreender esforços para garantir essa jornada especial, por negociação, onde for possível, ou por via judicial; d) defendemos que jornalistas do setor público têm direito à negociação coletiva e ao estabelecimento de acordos coletivos; e) buscaremos abrir o diálogo com as entidades sindicais do funcionalismo público nas três esferas para a ação conjunta nas negociações dos jornalistas servidores públicos.

**13** Em relação a três importantes locais de trabalho, defendemos o seguinte:

**a)** Empresa Brasil de Comunicação (EBC): apoiamos o processo de reestruturação da comunicação pública por meio da reconstrução da empresa, que a partir do golpe de 2016 foi sistematicamente desmontada. Reivindicamos com urgência concurso público para a reposição de posições extintas pelas gestões anteriores, a separação entre comunicação estatal e pública e a volta do Conselho Curador, importante instrumento para que a sociedade civil volte a ter participação direta na construção de um conteúdo voltado para a sociedade. É de fundamental importância também a construção de um plano de cargos e remuneração que resolva as distorções existentes na empresa, e a assinatura de acordo coletivo de trabalho que volte a conceder reposições e ganhos reais nos salários. Nos últimos seis anos, a política de desmonte da EBC acarretou substancial perda do poder aquisitivo dos(as) trabalhadores(as);

**b)** Rádio e TV Cultura, da Fundação Padre Anchieta (FPA): realiza uma função essencial para a sociedade brasileira, ao produzir informações de qualidade e caráter educativo para contribuir para a formação da cidadania. Mas, como grande parte dos recursos financeiros vem do Estado de São Paulo, sofre pressões em sua linha editorial para atender aos interesses do governador da vez. Os trabalhadores enfrentam longo histórico de defasagem salarial, que já supera os 50% para jornalistas e radialistas. Não há plano de carreira. Grande parte dos jornalistas trabalha de forma precarizada, contratada como PJ ou MEI,

## 16º CONGRESSO ESTADUAL DAS E DOS JORNALISTAS DE SP

© CADU BAZILEVSKI



**Na mesa de abertura:**  
**Douglas Izzo,**  
 então presidente  
 da CUT-SP, **Thiago**  
**Tanji,** presidente  
 do Sindicato, e as  
 jornalistas **Patrícia**  
**Zaidan e Bianca**  
**Santana**

o que caracteriza ilegalidade, e não tem direito a benefícios como plano de saúde e vales alimentação e refeição. O SJSP luta pela regularização dessa situação, com a definição de critérios claros de contratação, e pela assinatura de um novo acordo coletivo de trabalho. O último, definido judicialmente após a greve de 2016, expirou, e o Tribunal Superior do Trabalho (TST) determinou que a FPA não precisa seguir a convenção coletiva das empresas privadas de rádio e TV;

c) Prodesp: exigimos que seja reconhecida a existência de trabalho jornalístico na feita de *Diário Oficial*, cuja produção ficou a cargo dessa empresa estatal quando ela incorporou a Imprensa Oficial do Estado em 2021. Para cumprir sua função social plenamente, facilitando o acesso e a compreensão pela população das decisões e políticas públicas, o *Diário Oficial* precisa voltar a ser produzido por uma redação jornalística.

**14** Organizar a categoria também é uma tarefa fundamental para garantir que a dignidade profissional seja respeitada em seus diferentes aspectos, em ambientes de trabalho marcados pelo aumento da exploração e das contradições intensificadas pelas mudanças tecnológicas. Neste sentido, o SJSP deve ampliar esforços para garantir que a saúde mental e o respeito à diversidade sejam temas de destaques a serem abordados não apenas em debates e atividades voltadas à categoria, mas também nas mesas de negociação diante das empresas. Devemos lutar em acordos e convenções coletivas para incluir ações afirmativas nas cláusulas de promoção à equidade racial e de gênero por meio do aprimoramento de mecanismos contra o assédio moral e sexual no ambiente de

trabalho, bem como a garantia de que a(o) profissional possa realizar seu trabalho em um ambiente digno, livre do machismo, do racismo, do etarismo e da LGBTfobia.

**15** Outra preocupação do SJSP é garantir que as futuras e futuros jornalistas possam se integrar o quanto antes à vida sindical. E não apenas com a possibilidade da pré-sindicalização, mas a partir de um permanente contato com estudantes de todo o estado para debater temas que normalmente não são abordados nas grades curriculares dos cursos de jornalismo, por meio de articulação com entidades e coletivos estudantis. A aproximação do sindicato com estudantes e universidades deve ter como horizonte o fortalecimento dos cursos de jornalismo. Essas ações são fundamentais na luta pela qualificação da profissão, com o retorno da exigência do diploma para o exercício do jornalismo. Coordenada pela Fenaj, esta é uma das principais batalhas da categoria em âmbito nacional e deve ser permanentemente reforçada por nosso Sindicato, garantindo-se unidade da categoria e o direito ao exercício do jornalismo para todos e todas que ingressaram na profissão nos últimos anos.

**16** O SJSP buscará construir, com apoio da Fenaj, junto à CUT e outras entidade sindicais, iniciativas conjuntas contra práticas antisindicais, como demissões de dirigentes de categorias de trabalhadores. O SJSP indicará à CUT, por meio da Fenaj e da Federação Internacional dos Jornalistas (FIJ), encaminhamento de denúncia à Organização Internacional do Trabalho (OIT) das demissões dos dirigentes do SJSP Sandro Thadeu e Sérgio Pais, assim como de outros dirigentes sindicais jornalistas no Brasil, como práticas antissindicais e antidemocráticas.

**17** Outra importante iniciativa liderada pela Fenaj é a proposta de taxação das plataformas digitais, com a criação de um fundo destinado ao jornalismo, que possibilite real sustentabilidade de nossa profissão com respeito aos nossos direitos, além de ampliar a democratização da comunicação e valorizar o trabalho jornalístico a partir de uma remuneração justa pela produção de conteúdo. Como maior sindicato filiado à nossa Federação, devemos ter papel protagonista nesta luta.

**18** Além da unidade com os demais sindicatos de jornalistas, o SJSP também deve ampliar e fortalecer sua participação nas lutas mais gerais e centrais da classe trabalhadora brasileira. Sobretudo, devemos estreitar laços com as entidades sindicais que fazem parte do Ramo de Comunicação cutista, compartilhando experiências para a organização da categoria e discutindo como aprimorar a luta por direitos e dignidade diante das transformações econômicas, culturais e sociais.

**19** Mesmo com tantas incertezas em relação ao futuro de nossa profissão diante de todas as questões acima apresentadas, é certo que o 16º Congresso Estadual das e dos Jornalistas também se dá em um momento de esperança. Afinal, o povo brasileiro ficou quase sete anos sob as consequências de um golpe contra uma presidente democraticamente eleita, agravadas, em 2019, pela posse de um governo de extrema direita obscurantista, de inspiração neofacista, que tinha as e os jornalistas como verdadeiros inimigos. Realizamos o nosso trabalho sob ataques virtuais, ameaças e agressões físicas e verbais. Mas o povo brasileiro derrotou Bolsonaro nas urnas. Como parte dessa luta, condenamos judicialmente o ex-presidente por assédio moral coletivo à categoria, em ação movida por este Sindicato.

**20** Precisamos agora reverter a destruição dos últimos anos e manter firmes nossas bandeiras em defesa da classe trabalhadora, garantindo não apenas a revogação do conjunto de reformas antipovo, em particular a reforma trabalhista (2017) e a reforma da Previdência Social (2019), executadas

pelos governos Temer e Bolsonaro, respectivamente, mas lutando para construir um país que garanta soberania e justiça, dignidade e direitos que deem conta das novas demandas econômicas e sociais. A persistir em vigor a perversa reforma da Previdência Social, num mercado de trabalho extremamente precarizado pela legislação trabalhista pós-reforma de 2017, trabalhadoras e trabalhadores jovens sequer conseguirão se aposentar. Nossa categoria como um todo será prejudicada, mas jornalistas que acabaram de ingressar ou estão entrando agora no mercado de trabalho serão mais afetadas(os). Razão pela qual precisamos lutar vigorosamente para revogar ambas as reformas e, ainda, a legislação que ampliou as possibilidades de terceirização.

**21** A conjuntura brasileira seguirá extremamente complexa e desafiadora nos próximos anos, devido à polarização entre as forças democrático-populares, que combatem a enorme desigualdade social existente no nosso país, e aquelas alinhadas ao neofascismo e neoliberalismo, que procuram retirar direitos da classe trabalhadora e subalternizar nosso país frente aos países centrais, especialmente aos EUA. O oligopólio midiático tradicional, que apoiou totalmente a agenda econômica do governo Bolsonaro, continuará tentando enquadrar o governo Lula, como fez ao apoiar a política de juros fixada por Roberto Campos Neto no Banco Central e ao atacar a nomeação de Márcio Pochmann para o IBGE. Também são preocupantes decisões judiciais que cerceiam claramente a atividade jornalística, como o tirânico acórdão do STF que obrigou o colega Rubens Valente a indenizar o ministro Gilmar Mendes, ou sentenças recentes que obrigaram veículos a retirar matérias do ar.

**22** No estado de São Paulo, o governo bolsonarista de Tarcísio de Freitas busca retomar a privatização de empresas estratégicas (ameaçando Sabesp, Metrô e CPTM), terceirizar serviços públicos e, ao mesmo tempo, estimular a Polícia Militar a dar continuidade à política de extermínio de negros e pobres que caracterizou todas as gestões do PSDB. Nessas circunstâncias, nossa categoria profissional cumprirá um papel social cada vez mais importante, em defesa das liberdades democráticas e dos direitos trabalhistas e sociais. É um desafio que não nos parece pequeno. Mas, no que depender deste Sindicato, que tem fortemente inscrita na sua trajetória a defesa dos direitos humanos e da democracia, estamos preparadas e preparados para contribuir, sempre, com a permanente afirmação da classe trabalhadora como protagonista da História. ●

## 45° PRÊMIO VLADIMIR HERZOG



© JULIANA ALMEIDA

**Júri do 45° Prêmio Jornalístico Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos, no auditório do SJSP, durante o debate sobre os ganhadores da edição.**

O presidente do SJSP, Thiago Tanji, destaca a qualidade dos trabalhos e a importância do exercício qualificado da atividade jornalística. “Os finalistas são exemplos muito bons do jornalismo. A circulação de informações tem papel central, mas para isso a gente precisa ter bons trabalhos, e foi o que aconteceu aqui. Os trabalhos vencedores, assim como os finalistas, tratam de diferentes temas de direitos humanos, desde questões culturais, socioambientais, políticas, históricas, de gênero e raciais. É muito bom a gente poder observar a potência e a qualidade desses trabalhos e premiar dentro de um critério que traz essa diversidade”, destaca.

Márcia Quintanilha foi a representante da Federação Nacional dos Jornalistas nesta edição. Analisando os trabalhos, ela destacou entre os vencedores projetos que discutiram problemas fora do eixo Rio/São Paulo. Márcia ficou particularmente impressionada com trabalhos que discutiram temáticas voltadas para os povos originários e populações que residem longe dos grandes centros. Trabalhos que refletiam mais uma vez a política adotada pelo governo de extrema direita que deixou o poder.

“É muito importante que essa temática chegue para outras regiões do Brasil que não vivem a mesma realidade e entendam que defender os povos indígenas, defender os povos que não têm acesso à qualidade de saúde e educação é muito importante. Que as pessoas percebam que temos um Brasil só, e esse Brasil tem que ser defendido como um todo”, conclui.

Para Ana, o jornalismo apresentado nas matérias enviadas para a premiação tem um componente importante que se destaca aos olhos dos jurados. “Tudo nos remete para a importância do papel do jornalismo. Do jornalismo profissional, do jornalismo que tem lado na verdade. A gente não pode ficar brincando: ‘Ah, não: tem que ouvir os dois lados’. Não! O jornalismo tem lado. E o lado dele é o lado ético! É o lado que dá importância à democracia, enaltece os direitos humanos, enaltece a potência do ser humano. Que é um pouco do que a gente vê nas matérias, principalmente nas finalistas e vencedoras desta edição”, exalta a curadora do prêmio.

### Cerimônia aberta

A cerimônia de premiação, aberta à participação do público, ocorrerá no dia 24 de outubro, terça-feira, às 20 horas, no Tuca-rena, na Rua Bartira, 347, Perdizes, em São Paulo. No mesmo dia e local, das 14 horas às 17h30, haverá a 12ª Roda de Conversa com os vencedores da premiação. ●

### PREMIADOS | 2023

#### VÍDEO

*Vale dos Isolados*  
Sônia Bridi e equipe  
TV Globo/Globoplay

#### MULTIMÍDIA

*Ouro Líquido*  
Rebeca Borges e equipe  
Metrópoles

#### ARTE

*Belicismo & Extremismo: a Política de Militarização do Poder*  
Vitor Massao  
Instituto Update

#### ÁUDIO

*Projeto Querino*  
Tiago Rogero e equipe  
Rádio Novelo

#### TEXTO

*A Cova Rasa do Brasil*  
Gabriela Mayer  
Revista piauí

#### Menção honrosa

*Os Defensores Não Defendidos*  
Catarina Barbosa e Talita Bedinelli  
Sumaúma

#### FOTOGRAFIA

*Mutilados*  
Márcia Foletto  
O Globo

#### Menção honrosa

*As Vítimas da Copa do Mundo do Catar*  
Yan Boechat  
Band Jornalismo

#### Livro-reportagem

*Arrastados*  
Daniela Arbex  
Editora Intrínseca

#### Menção honrosa

*Poder Camuflado – Os Militares e a Política, do Fim da Ditadura à Aliança com Bolsonaro*  
Fabio Victor  
Companhia das Letras

### HOMENAGEADOS | 2023

**Sônia Bridi**  
**Fernando Moraes**  
**Glória Maria (in memoriam)**

## JÚRI DEFINE VENCEDORES DE 2023

Em encontro realizado no auditório do SJSP, júri definiu os melhores trabalhos jornalísticos sobre direitos humanos produzidos no país. A cerimônia de premiação acontecerá no dia 24 de outubro

por Eduardo Viné Boldt

No último dia 10 de outubro, o júri do 45° Prêmio Jornalístico Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos se reuniu no auditório do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo (SJSP) para escolher os vencedores da edição. A já tradicional reunião ocorreu em encontro aberto ao público e transmitida pelos canais e redes sociais do Prêmio e do Sindicato.

Neste ano, os jurados de primeira e segunda etapa tiveram a responsabilidade de avaliar 630 produções divididas em 7 categorias: Arte, Fotografia, Texto, Vídeo, Áudio, Multimídia e Livro-reportagem. Desse total, 21 trabalhos foram selecionados e levados para que o júri pudesse decidir os vencedores da premiação. Ao final, foram escolhidos 7 trabalhos vencedores em suas respectivas categorias e 3 menções honrosas. (veja ao lado).

Os jornalistas homenageados nesta edição serão Sônia Bridi, Fernando Moraes e Glória Maria (*in memoriam*). Seus nomes já haviam sido divulgados em setembro. O prêmio reconhece trabalhos jornalísticos que defendem os direitos humanos, a democracia e a cidadania.

A comissão responsável pelo julgamento das obras foi composta por Ana Luisa Zaniboni Gomes, curadora da 45ª edição do prêmio, Thiago Tanji, presidente do SJSP, Mariana Valadares, representante da Associação Brasileira

de Imprensa (ABI), Tatiana Farah, pela Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji), Luiza Buchaul, pela Conectas Direitos Humanos, Rodrigo Ratier, representando a Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP), Márcia Quintanilha, representante da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), Giuliano Galli, pelo Instituto Vladimir Herzog, Cláudio Aparecido da Silva, Elcio Fonseca e Fernanda Pereira, pela Ouvidoria da Polícia do Estado de São Paulo.

### Papel do jornalismo

Os anos de negligência do governo Bolsonaro ainda se refletem no cotidiano da população do país, deixando marcas visíveis nas produções jornalísticas que concorreram à premiação. A curadora Ana Luisa Zaniboni Gomes contextualiza esse momento e a relação com o Prêmio. “Pela quantidade de material que recebemos, pelas temáticas que pudemos avaliar, eu acho que estamos vivendo essa fase de transição. Se você olhar no acervo do Prêmio, coisas da década de 80, situações calamitosas que a gente via como importantes anos atrás começaram a voltar de uma maneira muito intensa e muito trágica, inclusive. E acho que o Prêmio tem essa capacidade de contar um pouco da história do Brasil a partir do jornalismo”, explica.



## INTERIOR

# VETERANOS MARCAM AS HISTÓRIAS DA REGIONAL BAURU

Dois profissionais com décadas de atividade são exemplos do jornalismo exercido no interior do estado

**O**s jornalistas sindicalizados Luciano Dias Pires e Altino Correia trilharam carreiras consagradas na imprensa de Bauru e de Presidente Prudente, cidades com grande agitação dos meios de comunicação, possuindo rádios, emissoras de TV e jornais impressos e revistas.

Nesses ambientes efervescentes para a cultura da informação que Luciano, 96 anos, e Altino 89 anos, são referências da imprensa e ativos em seus projetos jornalísticos. Esta edição de UNIDADE conta um pouco do muito que Luciano e Altino já fizeram pelo jornalismo e pela Regional Bauru do Sindicato dos Jornalistas.

## ALTINO CORREIA, O AMIGO PRUDENTINO DE AUDÁLIO DANTAS

Jornalista de Presidente Prudente carrega histórias de luta e resistência

por Tânia Brandão

**I**nquieto e sempre em busca de novos aprendizados. Um dos mais antigos associados ao Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo (SJSP), ele continua na ativa aos 89 anos de idade. Estamos falando do jornalista multimídia Altino Correia, ícone do jornalismo do interior de São Paulo. Nascido na cidade de Rio de Contas, na Bahia, ele tinha 4 anos de idade quando sua família foi para Presidente Venceslau, onde seus pais trabalhavam nas lavouras de café. Em 1953, começou sua relação com o rádio e o jornalismo.

Já se vão 60 anos desde a sua sindicalização, em 31 de julho de 1963. Altino Correia é um exemplo de crença no esforço coletivo dos trabalhadores e trabalhadoras para conquistar direitos e melhorias salariais e sociais. Altino foi diretor de base da antiga Regional Oeste Paulista, da qual participa desde a sua criação.

Seo Altino, como é tratado pelos colegas mais jovens, é um dos jornalistas com mais anos de carreira do interior paulista, tendo iniciado na profissão na Rádio Presidente Venceslau ZYH-7. Trabalhou nos mais diversos meios de comunicação, como impresso, televisão e web. Atuou nos jornais *Última Hora*, *Estadão*, *Folha de S. Paulo*, *Jornal do Brasil* e *O Globo*. Também trabalhou na Rádio Presidente Prudente, Rádio Globo-Excelsior (CBN), *O Imparcial*, TV Globo Bauru, TV Band Prudente e Rede Vida de Televisão.



© ARQUIVO PESSOAL



© REPRODUÇÃO

**Altino (acima) lembra da ligação do livro de Audálio Dantas, *As Duas Guerras de Vlado Herzog* (ao lado), com a cidade de Presidente Prudente**

## Pique de garoto

Hoje, com 70 anos de carreira, mantém o pique de um garoto e segue na ativa com o blog *Memórias de um Repórter* do Interior, criado em 2007 para destacar histórias e personalidades de Presidente Prudente e região.

Ao longo das sete décadas de profissão, destacam-se entrevistas com o marechal Humberto de Alencar Castello Branco, então presidente da República, em 1965, e Jânio Quadros, em época de campanha presidencial. Teve também a oportunidade de conhecer João Goulart e o ex-governador do estado da Guanabara, o também jornalista Carlos Lacerda.

Entre seus amigos de profissão, destaca o jornalista Audálio Dantas, ex-presidente do SJSP. Seo Altino não cansa de recordar o apoio inicial de Audálio, que, por sinal, foi convidado para a palestra "Liberdade de Imprensa" para estudantes de

jornalismo, em Presidente Prudente, em 25 de outubro de 1975, na mesma noite em que Vladimir Herzog foi executado no DOI-Codi em São Paulo.

Altino revela que Audálio decidiu escrever uma obra contando toda a história, e pode-se dizer que seu livro *As Duas Guerras de Vlado Herzog* nasceu em Prudente e tornou-se uma grande referência, inclusive com várias citações do município, devido à forte ligação com a cidade. *As Duas Guerras de Vlado Herzog* rendeu o Prêmio Jabuti para Audálio e foi lançado em ato solene no IBC-Centro de Eventos, em Presidente Prudente.

## LUCIANO DIAS PIRES, 96 ANOS DE HISTÓRIA E APAIXONADO POR BAURU

Jornalista e memorialista com 20 mil fotografias e muitas recordações na ponta da língua

por Camila Fernandes e Ricardo Santana

**A** história e o jornalismo o instigam, e sempre foi assim. Aos 96 anos, ele guarda cada acontecimento bauruense na memória e no acervo com mais de 20 mil fotografias de cidadãos comuns, personalidades, ruas e avenidas. Na cidade de Bauru, de quase 400 mil habitantes, Luciano Dias Pires é uma figura querida e respeitada.

Seo Luciano é o sindicalizado mais idoso da Regional Bauru. Esteve presente na inauguração da sede da Regional, em 1º de maio de 1975, quando a nomenclatura ainda era "Delegacia dos Jornalistas", sendo o seu primeiro secretário, compondo a direção com o delegado Zarcillo Barbosa e o tesoureiro Paulo Sérgio Simonetti.

Ele nasceu em Botucatu, no dia 15 de maio de 1927, e se mudou com a família para Bauru aos dois anos. Seu pai tinha uma tipografia, e a paixão pelo jornalismo surgiu quando menino. Ao assistir as partidas do Esporte Clube Noroeste, começou a anotar a escalação dos times e os melhores momentos. Suas reportagens esportivas foram publicadas no jornal *Diário de Bauru*, e o jovem passou a viajar com as duas equipes de futebol da cidade na época, Noroeste e Bauru Atlético Clube (BAC), para cobertura das partidas.

Virou referência, ingressou na Associação dos Cronistas Esportivos de Bauru, tornando-se presidente da instituição tempos depois. Compôs também a diretoria do Noroeste. Tudo isso, sempre conciliando com o emprego de carreira na Rede Ferroviária Federal.

Conviveu com Pelé, quando o menino Edson jogava no BAC, e com seu pai, seo Dondinho. Sabe tudo sobre a vida do Rei do Futebol na cidade, inclusive a origem do consagrado apelido.



© ARQUIVO PESSOAL

**Luciano começou no jornalismo esportivo e atuou em várias outras áreas**

## Reportagens marcantes

Polivalente, criou o jornal falado das rádios da cidade, grande sucesso na época. Neste período, passou a escrever para o jornal *Diário de S. Paulo*. Foi convidado a ser correspondente no interior por Assis Chateaubriand, em 1959. Em 1970, tornou-se repórter do impresso.

Entre as reportagens mais marcantes para o periódico paulistano, Luciano se recorda de um atentado ocorrido no município: a explosão na avenida Nações Unidas no dia da visita a Bauru do então presidente da República da ditadura militar-empresarial, general Ernesto Geisel, em 13 de agosto de 1976. "Eu, como jornalista correspondente, aproveitei para fotografar todos os detalhes e corri a despachar os 'filmes' no ônibus Bauru - São Paulo. Este acontecimento foi capa e teve grande repercussão", conta.

Luciano conciliou as atividades jornalísticas com o trabalho da Rede Ferroviária até 1983, quando se aposentou. Foi ainda repórter legislativo da Câmara Municipal e atuou na *Gazeta Paulista*.

Dois anos antes do episódio da explosão da avenida bauruense, Luciano idealizou o que o tornaria eterno: garimpar cada bairro, revelar as curiosidades e pessoas anônimas que ajudam no desenvolvimento da cidade. Assim surgiu o *Bauru Ilustrado*. "Eu percebi que os jornais não retratavam a outra realidade da cidade, bem como as famílias, o morador pobre e sua vivência, a origem dos bairros, dos nomes das ruas, daí criei o *Bauru Ilustrado*, que era um tabloide mensal de 12 páginas. A primeira história foi sobre o carregador de malas da Estação Ferroviária, nunca ninguém havia falado sobre o trabalho dele. Eu aprendi a gostar mais da Bauru de todos nós", se emociona.

O *Bauru Ilustrado* durou 47 anos, com mais de 300 famílias retratadas, montado sem uso da tecnologia, e isso lhe causa imenso orgulho.

Fã de máquina de escrever, é corintiano e noroestino. Casado há 68 anos com a professora aposentada Helena, teve três filhos: Luciano, Luiz Antônio e Lucia Helena; seis netos e dois bisnetos. Da família, três membros seguiram na área da comunicação: o filho mais velho é jornalista e escritor, uma neta se formou em jornalismo e é cantora, e outra neta é relações públicas de uma ONG em Portugal. ●

## FOTOJORNALISMO

## Ao amigo, com carinho: Ari Cândido Fernandes (1951- 2023), o primeiro fotojornalista negro de guerra do Brasil

por Nabor Jr.

**F**oi na noite de 20 de agosto, um domingo meio sem graça, que recebi com surpresa uma mensagem dando conta do falecimento do fotógrafo, cineasta e querido amigo Ari Cândido Fernandes (1951-2023). Um colega, comum a nós dois, foi quem me comunicou. Na hora, fiquei sem chão. Meus olhos marejaram. “Como assim, o Ari? Aquele homem forte!”, disse pra mim mesmo. Rapidamente procurei saber da veracidade da notícia. Até que, na manhã do dia seguinte, veio a confirmação. Uma tristeza profunda tomou conta de mim.

Pensei na solidão de Ari no pequeno e caótico apartamento em que vivia, no bairro do Sumaré, e onde foi encontrado sem vida. Há tempos afastado dos filhos e da família, de modo geral, Ari tinha poucos amigos. Ainda assim, era de uma personalidade cativante. Nos conhecemos em meados de 2010, e desde então nos falávamos e nos encontrávamos com certa regularidade. Me preocupava com sua saúde, sua integridade física, especialmente devido aos seus rotineiros rompantes pelas madrugadas paulistanas. Fazia pouco mais de uma semana que havíamos nos falado. Escrevi para ele agendando uma reunião, prevista para acontecer no dia 7 de setembro, no Centro Cultural São Paulo, para definirmos os derradeiros ajustes do livro *180 Dias no Front: Conflitos, Reminiscências e Revoluções do Primeiro Fotojornalista Negro de Guerra do Brasil*. Obra escrita por nós dois e que narra sua apoteótica trajetória desde os anos de agitação política e envolvimento com cineclubes universitários, em cidades como Londrina e Brasília, passando pelo seu autoexílio nos anos 1970 (quando viveu na Suécia e na França e participou como correspondente de guerra da cobertura de conflitos armados na Eritreia, Saara Ocidental e Irã), até o seu retorno ao Brasil, na redemocratização.

Na última mensagem que trocamos, via e-mail, no dia 11 de agosto, Ari me escreveu confirmando nosso encontro no CCSP, ao passo que revelou um diagnóstico preocupante: “Grande, Nabor. Olha, são 6h30 da manhã de hoje, sexta-feira. Estou indo para o Pronto Socorro. Saio daqui a pouco, após o banho. A dor não para! No estômago. Creio que é uma costela quebrada que obtive em incidentes anteriores e nefastos. (...) Abraços e super final de semana!”. Liguei para ele no dia seguinte. Não obtive retorno. Na correria do cotidiano, não mais o procurei. Mal sabia eu que aquela seria nossa última conversa.

Sua inesperada passagem deixa um vazio no fotojornalismo de guerra e na produção cinematográfica negra de guerrilha no Brasil, aquela feita no esquema Cinema Novo de “uma câmera na mão e uma ideia na cabeça”. Ari foi, entre outros, correspondente de guerra, tendo suas imagens distribuídas ao redor do mundo pelas agências Gamma, de Paris, e Camera Press, de Londres. Foi professor de fotojornalismo na Fundação Cásper Líbero e na Universidade de Taubaté, cineasta e responsável pela Assessoria para Assuntos Afro-Brasileiros na Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo.

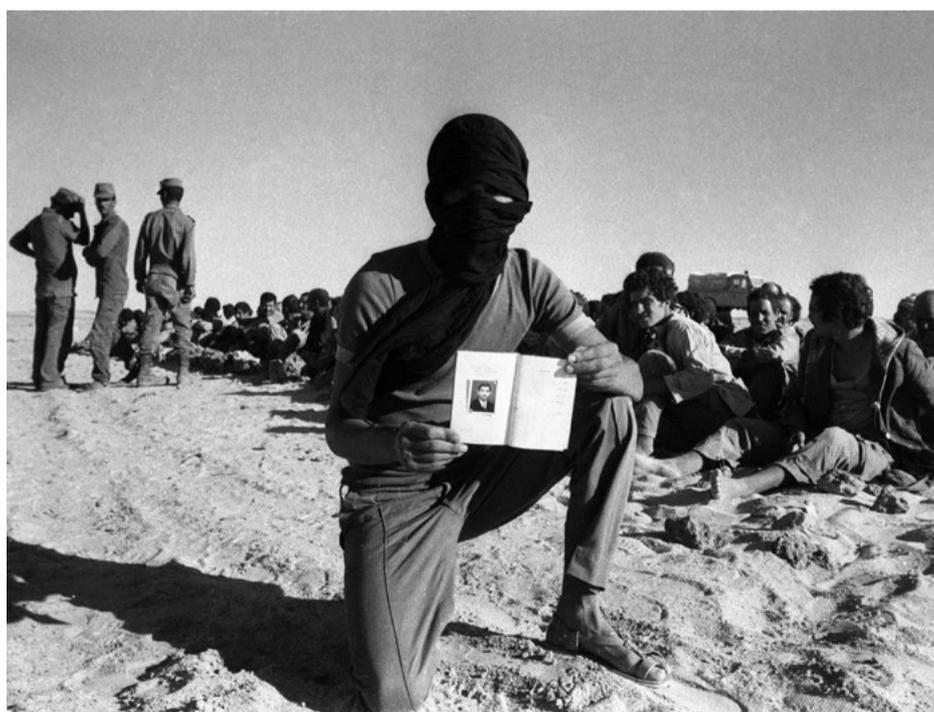
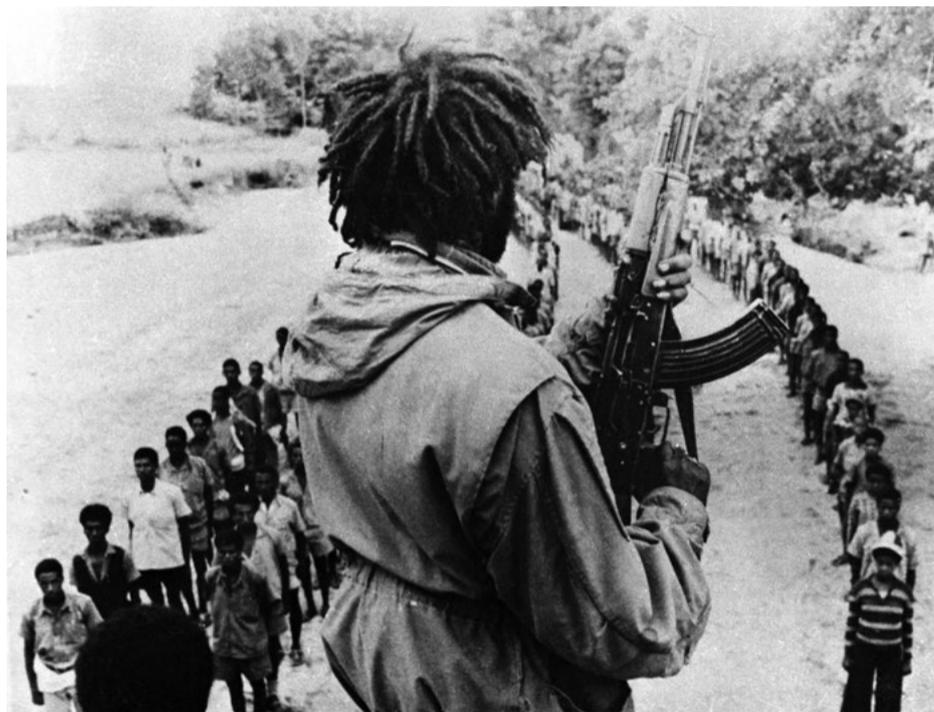
Me preocupo com o destino dos seus textos para cinema, ainda inéditos, seu acervo fotográfico, seus documentos históricos, seus livros raros, suas trocas de correspondências com outras personalidades negras da sua geração... Espero que a família compreenda o verdadeiro valor da sua produção e procure meios de salvaguardar esses materiais. Da minha parte, fica na memória nossas animadas conversas éticas, seus conselhos, suas histórias do movimento negro e, acima de tudo, o carinho que sempre tivemos um pelo outro. Pretendo viabilizar a publicação do nosso livro e assim manter acesa a chama da sua produção para os mais novos. Caso isso não aconteça, serei eternamente grato por nossa amizade sincera e levarei comigo a missão de vida de reverenciar sua obra e enaltecer o inestimável legado documental e artístico da sua produção. ●

**Um afetuoso abraço, meu grande amigo. Saudades!**

*Nabor Jr. é mestre em Comunicação e Semiótica pela PUC-SP, jornalista, fotógrafo, pesquisador e editor da revista O Menelick 2º Ato. Atua na intersecção entre comunicação, artes e educação, com foco na produção cultural negra diaspórica.*



Em 1978, Ari Cândido atuou como repórter fotográfico, registrando o conflito armado na Eritreia. As imagens foram publicadas no jornal *Em Tempo*. Depois viraram livro: *Eritreia – Uma Esquecida Guerra de Libertação Africana* (1986)



Na década de 1970, Ari Cândido chegou a integrar por um mês a Frente Polisário da República Árabe Saaraui Democrática. O grupo rebelde lutava pela descolonização e independência do Saara Ocidental contra as forças armadas do Marrocos e da Mauritânia. Profissionalmente, Ari atuou pelas agências francesa Gamma e britânica Camera Press



O fotógrafo paraense consolidou também importante carreira como cineasta. De sua experiência em cobertura de guerra na África Oriental dirigiu o filme *Por que a Eritreia?* (1979). Realizou outras importantes obras, como *Martinho da Vila, Paris* (1977), *O Rito de Ismael Ivo* (2003), *O Moleque* (2005), *Pacaembu, Terras Alagadas* (2006) e *Jardim Bebeléu* (2009)



No final de 1978, Ari Cândido foi para o Irã, onde pôde registrar as manifestações que reuniram mais de 1 milhão de pessoas em Teerã, capital do país, durante a revolução iraniana. Ari esteve ainda em Yazd, cidade a 800 quilômetros da capital, onde ficavam os aiatolás. No início de 1979, o xá Reza Pahlevi deixaria o poder

## BOLETIM

**Ataques a jornalistas no inquérito das milícias**

A Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) e o Sindicato dos Jornalistas de SP (SJSP) solicitaram ao Supremo Tribunal Federal (STF) a inclusão de dados sobre ataques a jornalistas no inquérito sobre as milícias digitais. As entidades levaram ao Supremo uma representação, elaborada pela assessoria jurídica do Sindicato, enfatizando as agressões enfrentadas pelos jornalistas durante o governo de Jair Bolsonaro.

📍 <https://bit.ly/468il3f>

**Demissões de sindicalistas denunciadas à OIT**

Resolução do 16º Congresso Estadual dos Jornalistas de SP resultará em denúncia sobre as demissões ilegais de dois dirigentes sindicais a ser encaminhada à Organização Internacional do Trabalho (OIT). O Sindicato, junto à Fenaj e à Federação Internacional dos Jornalistas (FIJ), indicará à CUT o encaminhamento da queixa ao organismo internacional. Os dirigentes do SJSP Sandro Thadeu e Sérgio Pais ainda aguardam decisões na Justiça por suas reintegrações.

📍 <https://bit.ly/45sjml>

**Bônus arrecada recursos para a biblioteca**

A Biblioteca Milton Bellintani do SJSP já é uma realidade, e está à disposição da categoria e da população em geral na sede do Sindicato. Para arrecadar recursos necessários à manutenção e à ampliação dessa iniciativa, o SJSP lançou uma campanha de bônus de contribuição, nos valores de R\$ 50, R\$ 100 e R\$ 250.

📍 <https://bit.ly/3E8PL64>

**Jornalistas aprovam Convenção Coletiva**

Após três meses de campanha, a participação ativa dos trabalhadores e trabalhadoras da categoria foi fundamental para a assinatura, em agosto, da Convenção Coletiva de Trabalho com a entidade patronal de jornais e revistas da capital. O texto prevê reajuste pela inflação (3,74%) para todos os salários até R\$ 12.186, e um reajuste de 3% para a parcela do salário superior a R\$ 12.186.

📍 <https://bit.ly/3Pi4JwV>

**Plebiscito contra a privatização do Metrô, CPTM e Sabesp**

A iniciativa faz parte de uma campanha unificada das entidades representativas das categorias da Sabesp, CPTM e do Metrô, envolvendo centrais sindicais, parlamentares e, também, movimentos e organizações sociais. O plebiscito está sendo realizado através de votos, em cédulas físicas. Uma urna está na secretaria do Sindicato. Participe!

📍 <https://bit.ly/3PvEcei>

## RESENHA

**Muito além da flor do Lácio**

por João Marques

O português vem do latim. Essa afirmação, usada para explicar a origem da língua portuguesa, é insuficiente: e o latim, vem de onde? Um especialista poderia responder, mas, certamente, em linguagem acadêmica, recorrendo ao método histórico-comparativo, pouco compreendido por cidadãos e cidadãs comuns.

Em seu novo livro, Caetano W. Galindo, um especialista diferente, professor da Universidade Federal do Paraná (UFPR), rompe a bolha da academia, responde a essa pergunta e ainda convida o leitor a viajar pela história da formação do português falado no Brasil, como diz o próprio subtítulo. Com *Latim em Pó - Um Passeio pela Formação do Nosso Português* (Companhia das Letras, 232 págs.), lançado no início deste ano, ele traduz o complicado método científico e revela essa origem mais remota.

Já é consenso que a língua-mãe foi o protoindo-europeu - conjunto de dialetos de um idioma que resultou no grego, no latim e também no sânscrito -, falado por um povo habitante do que seria hoje, mais ou menos, o território da Ucrânia. Esse povo, há 6,5 mil anos, graças a avanços tecnológicos e, possivelmente, à domesticação do cavalo, começou a migrar. Mas isso é só o começo, o livro também trata de outros caminhos do passado da língua portuguesa, das influências africana e indígena, do nheengatu, da língua geral, da

resistência às transformações do presente e ainda faz previsões para o futuro.

Galindo tem 25 anos de atividade como professor de história da língua portuguesa na UFPR. A origem do livro está em um convite que recebeu de Felipe Hirsch. O diretor planejava montar peça a partir de uma música de Tom Zé sobre o nosso português, e Galindo seria o consultor. Veio a pandemia, a peça foi adiada e o projeto cresceu. Tom Zé compôs outras músicas, fez um disco, Hirsch dirigiu também um documentário e a peça estreou no início de 2022, em grande evento no Museu da Língua Portuguesa, em São Paulo. O autor saiu desse evento com a ideia da obra, conversou com sua editora, que aprovou a proposta, começou a escrever e, em menos de um ano, *Latim em Pó* estava pronto e publicado.

“Apesar das adversidades, foi a língua falada por negros e mestiços que dominou o Brasil. Somos um país que fala português como fruto direto da presença negra. Talvez caiba deixar de lado por um momento a bela ideia da ‘última flor do Lácio’. O português brasileiro foi um broto africano, flor de Luanda.”

Para dar título ao livro, Caetano W. Galindo se inspirou no seu xará mais famoso. “Flor do Lácio, Sambódromo / Lusamérica, latim em pó / o que quer / o que pode / esta língua” são versos de *Língua*, canção de Caetano Veloso. Além de professor, Galindo é tradutor e escritor, já verteu para o português James Joyce - sua tradução de *Ulysses* é uma das mais elogiadas -, T.S. Eliot, Samuel Beckett, David Foster Wallace, Ian McEwan, Alice Munro, Tom Stoppard, J.D. Salinger, entre outros. Também é autor de *Sim, Eu Digo Sim: Uma Visita Guiada ao Ulysses de James Joyce*, finalista do prêmio Rio de Literatura; de *Onze Poemas*; do livro de contos *Sobre os Canibais*, e de *Ensaio sobre o Entendimento Humano*, livro que recebeu o prêmio Paraná de Literatura. ●

## DICAS DE LEITURA

**O Lugar das Palavras**

Vanessa Ferrari - Moinhos, 102 págs.

Com observações sobre o ofício da escrita, a partir de originais recebidos quando era editora da Companhia das Letras, autora propõe ampliar o olhar em relação à nossa língua, a partir de critérios dos profissionais do texto.

**Antes que Eu me Esqueça**

Ligia Ximenes - Quelônio, 120 págs.

Com imagens, entrevistas e registros pessoais, autora conta sua trajetória e a do jornalista Sérgio Gomes, fala de atuação política, do futuro das novas gerações e da própria arte de lembrar e contar.

**Vida de Jornalista**

Luiz Carlos Ramos - A4 Ideias - 252 págs.

A ideia era antiga, mas o livro só começou a ser escrito em abril de 2020. Aproveitando o isolamento da pandemia, autor conta sua trajetória de 60 anos de carreira profissional como jornalista, professor e escritor.

**Entende? 10 Crônicas Sobre Pelé**

Franklin Valverde - Patuá, 80 págs.

Com a interjeição imortalizada pelo Rei do Futebol como título, livro reúne crônicas em que a figura de Pelé esteve presente na vida do autor; narrativas refletem as alegrias, as tristezas e a paixão pelo futebol.

**Um Intrépido Livreiro nos Trópicos**

José Luiz Tahan - Vento Leste, 408 págs.

Em seu livro de estreia, livreiro reúne histórias vividas em 32 anos de profissão, algumas atrás do balcão da sua livraria de rua, no Gonzaga, em Santos (SP), e outras derivadas desse ofício.

© DIVULGAÇÃO



**O Conde: Pinochet é retratado como um monstruoso e patético vampiro, mantido vivo por seus seguidores**

## DICAS DE FILMES, SÉRIES E DOCUMENTÁRIOS

por Cineclube Vladimir Herzog

**Meu Querido Zelador**

Mariano Cohn e Gastón Duprat (Argentina, 2022)

Série gravada em Buenos Aires, narra as aventuras de Eliseo, zelador de prédio de alto padrão que, sob a aparência prestativa, abusa do seu poder de vigilância e revela grande talento para manipular os moradores. 📍 Star+

**1976**

Manuela Martelli (Chile, 2022)

Inspirado na história da avó da diretora, filme acompanha Carmen, dona de casa que está em sua casa de praia e resolve ajudar jovem ferido que faz parte da resistência à ditadura de Pinochet.

📍 Netflix

**O Conde**

Pablo Larraín (Chile, 2023)

Filme usa fantasia, terror, faz sátira e transforma Pinochet num vampiro, figura monstruosa e patética, que, após séculos, deseja a morte, mas é mantido vivo por seu séquito de seguidores.

📍 Netflix

**Foxcatcher**

Bennett Miller (EUA, 2014)

Baseado em fatos reais, este filme do mesmo diretor de *Capote* conta a história do campeão olímpico Mark Schultz, que abandona os treinos de seu irmão Dave, lenda do esporte, e entra para a equipe do milionário John du Pont.

📍 Netflix

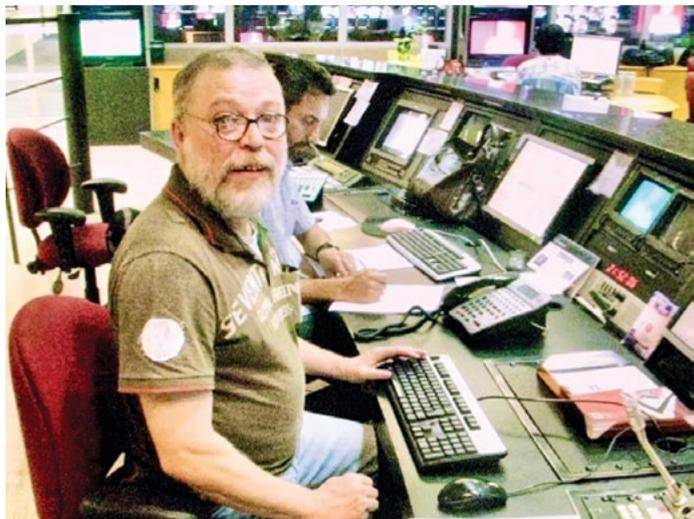
**A Infância de um Líder**

Brady Corbet (EUA, 2015)

Com registros históricos, planos-seqüência e desfecho experimental, filme conta a história do nascimento de uma ideia assustadora, na França de 1918, que se transformaria no fascismo.

📍 Mubi

## MEMÓRIA



Montenegro na redação da TV Globo, onde trabalhou e na qual foi também um incansável organizador sindical

© ARQUIVO PESSOAL

## João Montenegro, 20 anos de atuação sindical

Por Paulo Zocchi

Por duas décadas, no Sindicato dos Jornalistas de São Paulo, não houve quem não conhecesse João Montenegro Filho. Seja como sindicalizado atuante, diretor da entidade ou integrante da oposição, Monte se expressava com paixão e firmeza, e não fugia dos debates. Suas marcas pessoais eram o companheirismo e a generosidade. Todos gostavam muito dele.

Nascido em 1960, Montenegro formou-se na Cásper Líbero em 1980. Iniciou sua carreira em jornais de bairro na capital. Trabalhou depois na rádio Independente e no jornal *O Diário*, de Barretos, na rádio Cultura e na *Folha de Guaiá*. De volta à capital, atuou na rádio Globo-Excelsior de 1986 a 1989 e na TV Cultura em 1988. No final de 1988, ingressou na TV Globo, onde ficou por 23 anos, em boa parte do tempo na chefia de reportagem.

Filiou-se ao Sindicato dos Jornalistas em 1988. Na época, o presidente era Robson Moreira, que se dedicou a renovar a entidade, buscando jovens jornalistas conscientes e atuantes nas redações. Essa foi uma das marcas da gestão seguinte (1990-1993), presidida por Antônio Carlos Fon, que contou com Montenegro como diretor, e incorporou uma leva de novatos da editora Abril, do *Diário Popular*, da *Folha de S.Paulo*, do *Estadão*, da editora Projeto, da Imprensa Oficial e muitos outros locais, da capital e interior.

Sempre atuante, Montenegro integrou delegações do Sindicato neste período aos congressos da CUT. Estávamos ainda no início do período de desregulamentações do trabalho e da economia, no governo Collor. Com hiperinflação, a luta sindical não parava. Ao final da gestão, houve uma divisão: Monte foi candidato a vice-presidente por uma das chapas concorrentes, que não venceu.

Num período de demissões em massa, houve fortes movimentos de resistência na

base da categoria. A situação levou à união de forças, e uma chapa única apresentou-se às eleições de 1997, com Montenegro integrando a Executiva, como diretor de Sindicalização. É fundamental ressaltar seu papel como elo entre os jornalistas da Globo e o Sindicato por mais de duas décadas. Hoje, o maior contingente de sindicalizados está na Rede Globo de Televisão, e parte importante disso é uma grata herança deixada por Montenegro, incansável organizador dos colegas e construtor do Sindicato desde a base.

Há nova cisão no final da gestão 1997-2000, com Montenegro integrando o grupo de diretores(as) que se opunham à criação pelo Sindicato de um plano de saúde baseado no caixa da entidade (que, anos depois, mostrou-se catastrófico). Integra assim as chapas de oposição de 2000, 2003 (candidato a presidente) e 2006. Mesmo fora da diretoria, manteve atuação intensa nas atividades sindicais e na representação dos colegas da Globo, onde participou também da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (Cipa).

João Montenegro era um profissional admirado. Na Globo, trabalhou a maior parte do tempo na chefia da madrugada. Explicava, com bom humor, que, nesta função, era fundamental ter uma avaliação precisa da importância das notícias: quando acordar o chefe às 3 horas da manhã, e, também muito importante, quando não acordar. Um erro poderia ser fatal!

Em empresas que estimulam a concorrência entre os pares, defendia e praticava um jornalismo solidário, no qual a informação é um bem de interesse público, e os jornalistas da madrugada das TVs, rádios, jornais e revistas formavam uma confraria que se apoiava e colaborava para que ninguém ficasse para trás.

Por incrível que pareça, Montenegro tinha também uma personalidade tímida e reclusa. Saiu da Globo em 2011, e desde então buscou o recolhimento. Encontrou raramente os velhos amigos, compareceu ainda a algumas atividades sindicais.

Fumante inveterado, morreu em 6 de outubro de 2023, de um câncer no pulmão, com metástase em outros órgãos. Faltou ainda falar que tinha grande interesse pelos mais diversos esportes, assunto no qual era uma referência segura de informação para os colegas. Sua grande paixão era o Santos Futebol Clube, com cuja camisa foi enterrado. ●

## CONHEÇA OS TIPOS DE MENSALIDADE DO SINDICATO DOS JORNALISTAS DE SP

### PROPORCIONAL

para jornalistas com vínculo empregatício (CLT ou estatutário)

**1% DO SALÁRIO** com TETOS de  
R\$ 60 para o Interior, Litoral e Grande SP  
R\$ 80 para a Capital

### FIXA

para jornalistas sem vínculo  
R\$ 40 Interior, Litoral e Grande SP  
R\$ 60 Capital

### SOLIDÁRIA

Quantia voluntária com valor suplementar

**SINDICALIZE-SE:** <https://sjsp.org.br/pagina/sindicalizacao-online>  
**MAIS INFORMAÇÕES:** atendimento@sjsp.org.br ou (11) 94539-9699

## COLUNA DO JUCA



por Juca Kfoury

## A CRISE DA JOVEM PAN

### A CRISE DA EMISSORA OCTOGENÁRIA TEM ORIGEM NÃO POR SER DE DIREITA, MAS POR TER PROPAGADO NOTÍCIAS FALSAS DURANTE ANOS E ANOS

**H**á quem garanta estar a Jovem Pan nos estertores. Não é notícia boa, não apenas para o mercado de trabalho, como, também, para o confronto de ideias. A crise da emissora octogenária tem origem não por ser de direita, mas por ter propagado notícias falsas durante anos e anos. Por ter perdido credibilidade entre seus ouvintes.

A Pan sempre teve posições conservadoras, e derrapou gravemente quando adotou posições extremistas, certa de que o obscurantismo bolsonarista perduraria.

E mentiu. Burramente.

Mentiu ao dizer que Lula não podia andar pela Avenida Paulista. Mentiu ao dizer que o PT tinha acabado. Mentiu ao dizer que a vacinação na pandemia matava crianças. Mentiu quando garantiu que tanto Bolsonaro quanto Trump seriam reeleitos.

Quando jogou ao mar os responsáveis por tanta desinformação era tarde.

A audiência despencou pelo simples motivo de se sentir enganada ao ver Lula fazer carreata pela Paulista lotada, por constatar o sucesso da vacinação, mesmo que tardia, por assistir à derrota de Trump e à vitória do PT.

Por mais que tenha mantido em sua programação apresentadores de direita, com visões retrógradas e extremadas, estes, ao menos, evitam dar notícias, no máximo as comentam, anunciam catástrofes enquanto o país tira o pé da lama, mas evitam xingar quem o povo elegeu e pregar golpe de Estado, como os antecessores desterrados que foram cantar em outra obscura freguesia.

Como era previsível para derrotados odientos, a conta chegou.

Dentro das quatro linhas, para usar a linguagem de quem a Pan elegeu como farol, com bem fundamentadas ações na Justiça.

Quando, em 2011, na Inglaterra, o tabloide *News of the World*, do magnata australiano Rupert Murdoch, foi fechado, exatamente por ser fábrica de mentiras e escutas ilegais, nenhum cidadão britânico, com ao menos três neurônios, viu no ato de controle social da mídia um ato arbitrário, de censura à imprensa. E olhe que o jornal tinha 168 anos e era o mais vendido da Grã-Bretanha, com tiragem de 2,8 milhões de exemplares.

Emissoras de rádio e TV são concessões públicas e, por óbvio, não podem atentar contra o interesse público, por mais que possam saciar o interesse do público por fofocas. ●

**TRAÇO LIVRE** | por Fabiane Langona


**FABIANE LANGONA** é jornalista graduada pela FAMECOS/PUCRS e artista visual autodidata. Começou sua carreira nas artes-gráficas como assistente de redação na Revista MAD in Brazil. Desde então, trabalha como cartunista, ilustradora e autora de quadrinhos. É autora dos livros *Uma Patada com Carinho* (Troféu HQ Mix Melhor Publicação de Humor Gráfico) e *Algumas Mulheres do Mundo*, assim como do gibi *A mediocriação dos Afetos*.

Teve seus trabalhos publicados nos mais diversos jornais e revistas nacionais e internacionais, como *Revista Piauí*, *Revista Quatrocincom*, *TPM*, *O Estado de S. Paulo*, *Diário de Pernambuco*, *Courier International* (FRA), *Stripburger* (ESL), *Mongólia* (ESP), entre outros. Atualmente, publica a tira diária *Viver Dói*, e a charge semanal *Hora do Café*, ambas no jornal *Folha de S. Paulo*.